

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA,
PÓS-GRADUAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE BACABAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO ACADÊMICO

JOCILEIDE SILVA SOUSA

**AS FLORES E OS JARDINEIROS: OS IMPACTOS DA COLONIALIDADE DE
GÊNERO NO ROMANCE *AÇUCENA: A ESTRANHA DAMA*,
DE MÍRIAM ANGELIM**

BACABAL
2025

JOCILEIDE SILVA SOUSA

**AS FLORES E OS JARDINEIROS: OS IMPACTOS DA COLONIALIDADE DE
GÊNERO NO ROMANCE AÇUCENA: A *ESTRANHA DAMA*,
DE MÍRIAM ANGELIM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências de Bacabal, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Fronteiras do saber

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Navarrete Tolomei

BACABAL
2025

JOCILEIDE SILVA SOUSA

**AS FLORES E OS JARDINEIROS: OS IMPACTOS DA COLONIALIDADE
GÊNERO NO ROMANCE *AÇUCENA: A ESTRANHA DAMA*, DE MÍRIAM
ANGELIM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, do Centro de Ciências de Bacabal, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção de título de Mestre em Letras.

Linha de Pesquisa: Literatura, Cultura e Fronteiras do saber

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Navarrete Tolomei

Aprovada em 27 de fevereiro de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cristiane Navarrete Tolomei
Universidade Federal do Maranhão
Orientadora / Presidente

Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Maranhão
Membro Examinador Interno

Prof.^a Dr.^a Cristiane de Mesquita Alves
Universidade Federal do Pará
Membro Examinador Externo

BACABAL

2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva Sousa, Jocileide.

As flores e os jardineiros : os impactos da
colonialidade de gênero no romance Açucena: a estranha
dama, de Míriam Angelim / Jocileide Silva Sousa. - 2025.
78 f.

Orientador(a): Cristiane Navarrete Tolomei.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Letras - Bacabal, Universidade Federal do Maranhão,
Bacabal, 2025.

1. Colonialidade/decolonialidade. 2. Patriarcado. 3.
Literatura Maranhense. 4. Míriam Angelim. 5. Açucena: A
Estranha Dama. I. Navarrete Tolomei, Cristiane. II.
Título.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter me dado a vida e a força necessária para desenvolver esta pesquisa de dissertação, superando todos os desafios que encontrei pelo caminho. Não poderia faltar, neste momento especial de dedicar agradecimentos, a minha família, em especial à minha mãe, pelo apoio que me deu no decorrer deste processo.

Além disso, agradecer à minha orientadora, Profa. Dra. Cristiane Navarrete Tolomei, e a todo o grupo Marginalia de Estudos Decoloniais, que contribuiu com os debates teóricos que fundamentaram esta pesquisa. Ademais, ao tomar conhecimento das pesquisas desenvolvidas pelos membros do grupo, obtive inspiração para o meu processo como pesquisadora. Dentre os membros do grupo, gostaria de destacar a Profa. Dra. Flávia Benffati, que, com sua simplicidade e alegria, inspirou-me a continuar, apesar de quaisquer desafios que surgissem.

Da mesma forma, gostaria de agradecer aos membros da minha banca de defesa, Prof. Dr. Rubenil da Silva Oliveira e Profa. Dra. Cristiane Mesquita, pelas contribuições prestadas em suas observações ao meu texto dissertativo. Além disso, sou igualmente grata ao Programa de Pós-Graduação em Letras de Bacabal, tanto na figura de seu coordenador, o Prof. Dr. Luís Henrique Serra, quanto dos demais professores, por terem contribuído para o enriquecimento da minha formação, em sentido acadêmico e profissional.

Por fim, quero prestar meus agradecimentos à Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA pelo apoio financeiro durante o desenvolvimento desta pesquisa. Esse apoio foi de fundamental importância para a realização deste estudo, no qual apresentamos o resultado nesta dissertação. Assim, destacamos a relevância do investimento no desenvolvimento científico no país, sobretudo, no Maranhão.

Ninguém resiste à colonialidade dos gêneros sozinho. Somente é possível resistir a ela com o entendimento do mundo e com uma vivência que é compartilhada e consegue entender as próprias ações – garantindo certo reconhecimento.

(LUGONES, 2019, p. 372)

RESUMO

Esta pesquisa, intitulada “As flores e os jardineiros: os impactos da colonialidade de gênero no romance *Açucena: a estranha dama*, de Míriam Angelim”, aborda as consequências do patriarcado presente no sistema moderno/colonial de gênero na vida da personagem Açucena, no romance de Míriam Angelim. Diante disso, levanta-se a seguinte questão norteadora: Como são revelados no romance *Açucena: a estranha dama* os impactos da colonialidade de gênero? O objetivo geral desta dissertação é debater os impactos de um sistema machista, sexista e opressor na vida das personagens femininas do romance. Assim, para que esta investigação se concretize, tem-se como objetivos específicos: verificar os impactos do sistema moderno/colonial de gênero, incluindo a família nuclear/patriarcal como fator primordial no processo de classificação e reclassificação dos sujeitos; revelar a dominação no sistema sexista, machista e patriarcal e sua contribuição para esgotamento físico e mental da personagem Açucena; e, por fim, apresentar a decolonialidade como uma práxis capaz de transcender a lógica colonial. A pesquisa em questão é de natureza básica e cunho qualitativo, desenvolvida a partir do método bibliográfico e hermenêutico, tendo como aporte teórico Quijano (1999; 2005), Mignolo (2017; 2020), Lugones (2007; 2019; 2020), Saffioti (1987; 2004), Zanello (2018), entre outros. Os resultados alcançados demonstram que a família de Açucena é reflexo da sociedade em que está inserida, constituída a partir do modelo patriarcal, o que confere à mulher uma posição de subalternidade, situação que legitima a dominação masculina. Convém mencionar que para que a marginalização das mulheres ocorra, os dispositivos amoroso e materno atuam na subjetivação feminina. Sendo assim, no decorrer deste estudo, debate-se como esse sistema leva ao esgotamento físico, emocional e psicológico dos subalternizados, focalizando principalmente nas mulheres.

Palavras-chave: Colonialidade/Decolonialidade. Patriarcado. Literatura Maranhense. Míriam Angelim. *Açucena: a estranha dama*.

ABSTRACT

This research, entitled “As flores e os jardineiros: os impactos da colonialidade de gênero no romance *Açucena: a estranha dama*, de Míriam Angelim” examines the consequences of patriarchy within the modern/colonial gender system on the life of the protagonist, Açucena, as depicted in Míriam Angelim’s novel. The central research question is: How are the impacts of the coloniality of gender revealed in the novel *Açucena: A Estranha Dama*, by Míriam Angelim? The study's general objective is to explore the effects of a sexist, oppressive, and patriarchal system on the lives of the female characters in the work. In addition, we have specific objectives: to analyze the impacts of the modern/colonial gender system, including the role of the nuclear/patriarchal family as a key factor in the classification and reclassification of individuals; to unveil the mechanisms of domination inherent to a sexist and patriarchal system and its contribution to the physical and mental exhaustion of the character Açucena; and to present decoloniality as a praxis capable of transcending colonial logic. This is a basic, qualitative study developed through bibliographic and hermeneutic methods, drawing on theoretical contributions from Quijano (1999; 2005), Mignolo (2017; 2020), Lugones (2007; 2019; 2020), Saffioti (1987; 2004) and Zanello (2018), among others. The findings reveal that Açucena’s family reflects the broader societal structure, which is rooted in a patriarchal model that places women in a state of subordination, thereby legitimizing male domination. Notably, the marginalization of women is facilitated by the construction of subjectivating devices that reinforce their oppression. This study highlights how this system leads to the physical, emotional, and psychological exhaustion of the subordinated, particularly women.

Keywords: Coloniality/Decoloniality. Patriarchy. Literature from Maranhão. Míriam Angelim. *Açucena: a estranha dama*.

RESUMEN

© Tradução de Andres Palencia

Esta investigación, titulada “As flores e os jardineiros: os impactos da colonialidade de gênero no romance *Açucena: a estranha dama*, de Míriam Angelim”, aborda las consecuencias del patriarcado presente en el sistema de género moderno/colonial en la vida del personaje, Açucena, en la novela de Míriam Angelim. El objetivo de esta propuesta es debatir los impactos de un sistema sexista, opresor y machista en la vida de los personajes femeninos de la novela. Ante ello, surge la siguiente interrogante que orienta este trabajo: ¿Cómo se revelan los impactos de la colonialidad de género en la novela *Açucena: a estranha dama*, de Míriam Angelim? Así, para la realización de esta investigación se plantean como objetivos: verificar los impactos del sistema de género moderno/colonial, incluyendo a la familia nuclear/patriarcal como factor primordial en el proceso de clasificación y reclasificación de los sujetos; revelar la dominación en el sistema sexista, machista y patriarcal y su contribución al agotamiento físico y mental del personaje Açucena; y, finalmente, presentar la decolonialidad como una praxis capaz de trascender la lógica colonial. La investigación en cuestión es de carácter básico y cualitativo, desarrollada con base en el método bibliográfico y hermenéutico, con sustento teórico de Quijano (1999; 2005), Mignolo (2017; 2020), Lugones (2007; 2019; 2020), Saffioti (1987; 2004), Zanello (2018), entre otros. Los resultados alcanzados demuestran que la familia de Açucena es un reflejo de la sociedad en la que ella está inmersa, constituida con base en el modelo patriarcal, que otorga a la mujer una posición subordinada, situación que legitima la dominación masculina. Cabe mencionar que, para que se produzca la marginación de mujeres, se construyen dispositivos de subjetivación que actúan sobre la marginación femenina, por ello, en el transcurso de este estudio, discutimos cómo este sistema conduce al agotamiento físico, emocional y psicológico de las subalternizadas, centrándonos en mujeres.

Palabras clave: Colonialidad/Decolonialidad. Patriarcado. Literatura de Maranhão. Míriam Angelim. *Açucena: a estranha dama*.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	11
1	OS JARDINEIROS DE AÇUCENA: A PODAGEM FEMININA ATRAVÉS DAS IMPOSIÇÕES PATRIARCAIS	16
2	UM MUNDO PARALELO DESENVOLVIDO PELA LOUCURA: AS CONSEQUÊNCIAS DO PATRIARCADO PARA AÇUCENA	35
2.1	Na conta da loucura	49
3	QUEM RESISTIU? AS AÇÕES DECOLONIAIS PRESENTES EM AÇUCENA: A <i>ESTRANHA DAMA</i>	56
3.1	O microcosmo de Açucena	57
3.2	Quem resistiu?	63
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
	REFERÊNCIAS	75

INTRODUÇÃO

Esta dissertação¹ analisa o romance maranhense contemporâneo *Açucena: a estranha dama* (2009), escrito pela autora Míriam Angelim, verificando como as imposições da colonialidade de gênero e a estrutura patriarcal da sociedade brasileira, sobretudo maranhense, oprimem o sujeito feminino. Em outras palavras, nossa pesquisa tem como objetivo analisar os impactos da colonialidade de gênero, a partir das relações familiares presentes no (cis)tema² moderno/colonial de gênero, conforme revelado na narrativa.

Nesse sentido, salientamos que as estruturas sociais foram pensadas para subjugar as mulheres no núcleo familiar e no mercado de trabalho, tornando-as suscetíveis às diferentes formas de violência. Em consequência disso, é relegada à mulher a domesticidade e o cuidado da família, situação que contribui para os abusos sofridos por elas no espaço privado. Esse cenário é revelado em *Açucena: a estranha dama* a partir da família de Açucena, tanto a de origem quanto a que se forma após o casamento.

O enredo da narrativa é uma conversa entre as memórias de infância da sobrinha de Açucena, narradora-personagem sem nome, e suas experiências adquiridas na vida adulta. Assim, no decorrer do romance, é destacada a relação da sobrinha com a tia Açucena, já que Míriam Angelim, no texto, enfatiza como as relações familiares contribuem para a formação do sujeito. No caso específico, como a relação entre tia e sobrinha resultou na reexistência por parte da jovem diante da lógica colonial de gênero.

O romance aborda as imposições da sociedade maranhense no que se refere ao ideal de mulher durante a segunda metade do século XX. Com essa finalidade, inicialmente, a personagem Açucena é descrita como uma jovem sonhadora, questionadora e cheia de sonhos; no entanto, ela passa por uma significativa mudança ao se encontrar em um casamento abusivo. Além disso, enquanto Açucena sofre violência doméstica e abusos por parte do marido, a família se mostra completamente indiferente em relação ao que se passa com a jovem. Isso ocorre porque a família considera que essa mulher está em um casamento ideal, ou seja, a família havia cumprido o objetivo a ser alcançado por todas as mulheres: o casamento e a família.

É relevante mencionar que o romance *Açucena: a estranha dama* possui elementos que conversam com a vida de Míriam Angelim, sobretudo no que se refere ao espaço da narrativa:

¹ O presente trabalho, intitulado “As flores e os jardineiros: os impactos da colonialidade de gênero no romance *Açucena: a estranha dama*, de Míriam Angelim”, realizou-se com apoio da Bolsa FAPEMA: BM-05985/23.

² Nesta dissertação, adotamos a escrita (cis)tema para enfatizar o fato de que uma das características fundamentais da colonialidade de gênero é sua imposição cisheteronormativa como padrão a ser seguido por todos os sujeitos.

a cidade de São Bento, no interior do Maranhão, cidade natal da autora. Diante disso, sentimos a necessidade de, nos momentos iniciais da pesquisa, realizarmos o levantamento teórico da biografia da autora e da fortuna crítica do romance. No que se refere à biografia da autora, foi necessário recorrermos a matérias jornalísticas que circularam em jornais do Maranhão e a uma pequena biografia presente na página da Academia Sambentuense de Artes e Letras. Além disso, utilizamos como fonte biográfica um pequeno texto no final do romance, edição de 2009, que sintetiza a vida de Míriam Angelim.

Após o levantamento biográfico de Míriam Leocádia Pinheiro Angelim, constatamos que essa maranhense, nascida na cidade de São Bento, possui formação em assistência social pela Universidade Federal do Maranhão e atuação profissional no programa Viva Cidadão,³ onde coordenou o Núcleo de Desenvolvimento Cultural. No Viva Cidadão, a autora esteve à frente de projetos voltados à cultura e à escrita literária, entre eles, *A Hora das Letras* (Angelim, 2009). Esse projeto, desenvolvido em parceria com a Prefeitura Municipal de São Bento, por meio das Secretarias Municipais da Educação e da Cultura e da Secretaria de Estado da Cultura, através da Casa de Cultura Josué Montello, foi aplicado nas escolas públicas municipais, visando estimular a leitura e a produção literária. Como resultado do projeto, três antologias de contos escritos por estudantes foram publicadas (Leite, 2012).

Além do projeto “A Hora das Letras”, Míriam Angelim idealizou e coordenou o projeto “Rabiscando Momentos”. No entanto, diferentemente do projeto anterior, este último é voltado para os servidores públicos que prestam serviços ao Viva Cidadão com o objetivo de incentivá-los à produção literária. Como resultado desse incentivo, anualmente, um livro de antologia é publicado com textos produzidos pelos funcionários do programa. Atualmente, a autora é membro da Academia Sambentuense de Artes e Letras e da Academia Ludovicense de Letras. Ademais, Míriam Angelim publicou, além do romance *Açucena: a estranha dama*, uma coletânea de crônicas de temas variados intitulada *Dançando com o tempo* (2016) e o romance de natureza biográfica *Quando a alma se transforma* (2020).

Após o processo de levantamento teórico da biografia da autora, buscamos empreender o levantamento acerca da fortuna crítica da obra. No entanto, encontramos dificuldades em prosseguir com essa busca, pois constatou-se a inexistência de referencial teórico sobre o

³ A Central Integrada de Atendimento Viva Cidadão é um órgão do estado do Maranhão vinculado à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), criado em 1997 sob o decreto estadual nº 15.611/97. O objetivo do Viva Cidadão é “fortalecer a cidadania, facilitando acesso da comunidade na prestação de serviços públicos”. Popularmente o Programa é mais conhecido por sua ação na facilitação da tirada dos documentos, sendo essa a sua principal função, no entanto, o órgão também atua na prestação de serviços sociais diversos junto à comunidade. (Fonte: site da SEDIHPOP).

romance *Açucena: a estranha dama*. Posterior a essa busca, iniciamos a análise da obra com base na teoria decolonial, destacando como estão presentes as colonialidades e a decolonialidade na narrativa.

Em um primeiro momento, verificamos as violências de gênero sofridas pela personagem Açucena e como elas contribuíram para a doença mental da personagem. Posteriormente a essa análise, outro ponto abordado nesta pesquisa é como a sobrinha de Açucena adota uma postura decolonial diante da lógica patriarcal presente na sociedade maranhense. Sendo assim, verificamos como o (cis)tema-mundo moderno/colonial/patriarcal/euro-cristão desempenha um papel fundamental na legitimação dessas violências e no silenciamento da sociedade diante do sofrimento dessa mulher.

Para o desenvolvimento desta dissertação, focamo-nos na teoria decolonial, pois, de acordo com Aníbal Quijano (2005), o (cis)tema de dominação, denominado colonialidade de poder, iniciou-se durante o período colonial; porém não se encerrou com ele. Ao contrário, permanece até a atualidade. Entre os efeitos da colonialidade de poder, Walter Mignolo (2017) destaca o controle dos meios de produção/capital, dos recursos naturais, da subjetividade/conhecimento, da sexualidade/gênero e da etnicidade. Com base nisso, o autor argentino afirma que esse meio de dominação é essencial para a sustentação da modernidade,⁴ sendo este o lado mais obscuro dela.

Essa característica da colonialidade de poder contribui para justificar a inferiorização de vidas humanas. Além disso, um dos nós histórico-estruturais que sustentam a dominação imposta pela colonialidade é a categoria binária e hierárquica homem/mulher (Mignolo, 2017). A necessidade da invenção dessa categoria está no fato de que um dos pilares sustentadores do capitalismo é a divisão sexual do trabalho.

Destarte, a colonialidade de poder afetou a mulher e sua subjetividade, relegando-a a uma condição de inferioridade em relação ao homem. Nesse aspecto, para se atingir essa marginalização feminina, tornou-se necessária a criação de rótulos ideológicos que as infantilizam. Susana de Castro (2020) nos apresenta um desses rótulos sociais consolidados e disseminados, isto é, a ideia falaciosa de que as mulheres são mais emocionais do que racionais;

⁴ Nesta dissertação, utilizamos o conceito de modernidade a partir da teoria decolonial que, de acordo com Quijano (2005), iniciou-se com a colonização da América e o estabelecimento do sistema capitalista colonial/moderno. Esse período marcou a reorganização do controle mundial, estabelecendo um sistema eurocentrado que atua no controle dos meios de produção/recursos, das subjetividades, do conhecimento, da sexualidade e da etnicidade. Sendo assim, esse sistema colonial/moderno inaugura uma relação marcada por dominados e dominadores, impregnada por uma conotação racial e etnocêntrica. Além disso, o sistema colonial marca o início da dominação moderna, pois nesse período foram estabelecidos “três elementos centrais que afetam a vida cotidiana da totalidade da população mundial: a *colonialidade do poder*, o *capitalismo* e o *eurocentrismo*” (Quijano, 2005, p. 124. Grifo do autor).

logo, elas não podem ocupar uma posição de liderança.

Nesse sentido, destaca-se o fato de que o ideal de mulher está inteiramente vinculado ao espaço doméstico, sendo esse seu objetivo na vida por estar ligado à sua psique (Schwantes, 2006). Isso significa que, de acordo com o (cis)tema colonial, o universo feminino se limita a cuidar da casa, do marido e dos filhos, sendo essa uma predisposição natural feminina. (Biroli, 2018).

Essa construção social se refletiu na literatura, tanto no que se refere à produção escrita feminina quanto na construção de personagens femininos. Para ilustrar, na literatura maranhense, observa-se um apagamento da produção literária feminina, o qual, conforme Dinacy Correa (2014), entre a publicação do romance *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, em 1859, até a publicação de *A Parede*, de Arlete Nogueira, em 1961, há uma lacuna de mais de cem anos. Essa condição demonstra que, entre o primeiro romance escrito por uma mulher e o segundo, há um processo de silenciamento feminino no cenário literário do Maranhão. Diante dessa realidade, observa-se, na literatura, o ser mulher sendo descrito a partir do olhar masculino.

Embora este trabalho não tenha como foco a historiografia literária maranhense e a participação feminina nessa historiografia, ele se mostra relevante por apresentar um debate acerca da violência de gênero sofrida pelas mulheres em uma sociedade sexista, machista e patriarcal, tendo como objeto de pesquisa um romance escrito por mulher. A escolha de trabalhar com esse viés deve-se ao fato de que, durante anos, as produções femininas na história da literatura do Maranhão foram silenciadas, ou tratadas como algo de menor valor. Por essa razão, é essencial trazeremos essas vozes marginalizadas para o centro dos debates nas academias.

Para o desenvolvimento desta pesquisa de cunho qualitativo, optamos pelo método hermenêutico,⁵ desenvolvido a partir de recursos bibliográficos. No decorrer desta dissertação, nos guiamos por três objetivos específicos, a saber: verificar os impactos do (cis)tema moderno/colonial de gênero, incluindo a família nuclear/patriarcal como fator primordial no processo de classificação e reclassificação dos sujeitos; revelar a dominação no (cis)tema sexista, machista e patriarcal e sua contribuição para o esgotamento físico e mental da

⁵ O método hermenêutico consiste na interpretação e reflexão do que vivenciamos, lemos e vemos. Ao utilizarmos esse método para análise do texto literário, buscamos compreender como as colonialidades e seus impactos se fizeram presentes no romance *Açucena: a estranha dama*. Além disso, “esta abordagem parte do pressuposto de que as pessoas agem em função de suas crenças, percepções, sentimentos e valores e seu comportamento tem sempre um sentido, um significado que não se dá a conhecer de modo imediato, precisando ser desvelado” (Alves, 1991, p. 54). Em vista disso, no decorrer deste estudo, analisamos como a lógica patriarcal/colonial influenciou as ações, o pensamento, a psique e a vida das personagens do romance.

personagem Açucena; e, por fim, apresentar a decolonialidade como uma práxis capaz de transcender a lógica colonial. Com essa finalidade, adotaremos como principais bases teóricas Aníbal Quijano (2005; 1999), Walter D. Mignolo (2017; 2020), Maldonado-Torres (2020), María Lugones (2019; 2020), Heleieth Saffioti (1987; 2004) e Flávia Biroli (2018).

Quanto à estrutura, esta investigação está organizada em três seções. Na primeira, abordamos as relações familiares presentes no romance *Açucena: a estranha dama*, com o intuito de verificar como a colonialidade de gênero contribui para a construção da família nuclear, situação que legitima a dominação masculina. À vista disso, nesta seção inicial, analisaremos como a família de Açucena contribuiu para a sua marginalização.

Na segunda seção, o foco será analisar como o (cis)tema sexista, machista e patriarcal, presente na colonialidade de gênero, tem contribuído para uma construção social da mulher, marginalizada e inferiorizada em relação ao homem. Sendo assim, nos concentramos nos impactos da colonialidade de gênero na vida da personagem Açucena, protagonista do romance, e como isso acarretou o adoecimento da personagem.

E, por fim, na terceira seção, focamos na relação de Açucena com a sobrinha para verificar como o relacionamento da narradora-personagem com essa mulher sofredora, humilhada e abandonada por todos contribuiu para sua formação como mulher. Neste momento, verificamos como a busca de conhecimento por parte da sobrinha de Açucena configura uma ação de reexistência em relação ao sofrimento da tia, além disso, analisamos como a personagem rompe com as imposições colonialistas presentes na colonialidade de gênero. Ainda nesta seção final, analisamos como as conversas de Açucena com a sobrinha permitiram a esta um agir decolonial.

Destarte, esta pesquisa contribui para o questionamento da posição da mulher no (cis)tema moderno/colonial de gênero, bem como nas implicações da lógica colonial na maneira de se entender gênero até hoje.

1 OS JARDINEIROS DE AÇUCENA: A PODAGEM FEMININA ATRAVÉS DAS IMPOSIÇÕES PATRIARCAIS

A colonialidade do poder é um (cis)tema de dominação mundial que teve início durante o período colonial. Esse (cis)tema-mundo/capitalista/patriarcal/colonial/moderno exerce controle global em vários campos da sociedade, atuando diretamente na economia, na autoridade, nos recursos naturais, no gênero e na sexualidade (Mignolo, 2017). Em outras palavras, a colonialidade do poder é o principal recurso para sustentar o controle absoluto de um pequeno grupo hegemônico. Nesse sentido, Quijano explica:

O mundo que se formou há 500 anos está culminando com a formação de uma estrutura produtiva, financeira e comercial que tende a ser mais integrada que antes. Com uma reconcentração drástica do controle do poder político e dos recursos de produção nas mãos dos funcionários do capital, sobretudo do especulativo. Com a universalização da civilização capitalista. Com a formação de um bloco central de poder que aparece como a autoridade de toda a ordem mundial. (Quijano, 1999, p. 138. Tradução nossa).⁶

Com base nisso, observamos que, embora a reorganização das estruturas de poder, centrada no controle do capital, tenha iniciado há 500 anos, ainda hoje o controle político e dos meios de produção encontra-se nas mãos de uma minoria. Essa condição deve-se à expansão do (cis)tema de poder capitalista centrado nos meios de produção. Por consequência, o grupo que detém o controle do capital exerce autoridade em toda a ordem mundial.

Entretanto, para que o domínio capitalista ocorra, esse bloco de poder atua na marginalização dos outros povos, o que inclui seu conhecimento, sua cultura e sua estrutura política. Conforme observado por Quijano (1999), essa inferiorização dos povos contribui para a legitimação da dominação de uma minoria; como resultado, efetua-se o aumento do poder dos donos do capital, haja vista que esse processo aniquila as individualidades das comunidades do planeta.

Ademais, embora o colonialismo marque o início da colonialidade através da dominação europeia, com as Guerras Mundiais do século XX, os Estados Unidos adentraram no cenário de dominação global. A partir disso, estabeleceu-se o padrão euro-estadunidense de controle mundial, que domina outros povos através da Matriz Colonial de Poder (MCP) (Quijano, 2005),

⁶ Original: “El mundo que se formó desde hace 500 años está culminando con la formación de una estructura productiva, financiera y comercial que tiende a ser más integrada que antes. Con una drástica reconcentración del control de poder político y de recursos de producción en manos de los funcionarios del capital, especulativo sobre todo. Con la universalización de la civilización capitalista. Con la formación de un bloque central de poder que aparece como la autoridad de todo el orden mundial” (Quijano, 1999, p. 138).

a qual estabelece, por meio da colonialidade de poder, o ideal de modernidade.

A dominação euro-estadunidense resultou em uma linha abissal, isto é, uma linha imaginária de divisão mundial em metrópole e colônia. De acordo com Boaventura de Sousa Santos, “na sua constituição moderna, o colonial representa, não o legal ou ilegal, mas antes o sem lei. [...] O colonial é o estado de natureza onde as instituições da sociedade civil não têm lugar” (Santos, 2013, p. 32). Isso significa que o pensamento abissal, inaugurado pela colonialidade do poder, desumaniza as sociedades tidas como subalternizadas/marginalizadas pelo capitalismo.

A colonialidade do poder é responsável pela inferiorização de corpos e de sujeitos, incluindo sua cultura, seu conhecimento e sua religião, o que a torna “o lado mais obscuro da modernidade” (Mignolo, 2017, p. 2). Essa dominação é estabelecida a partir dos binarismos civilizado/não civilizado e moderno/colonial que permeiam toda a lógica colonial existente (Santos, 2013). É digno de destaque que essa divisão binária e hierárquica invisibiliza tudo o que ocorre fora do lado considerado civilizado, ou seja, o bloco euro-estadunidense.

Essa forma de dominação é essencial para o ideal de globalização capitalista, presente na modernidade euro-estadunidense, pois, de acordo com Mignolo, “não há modernidade sem colonialidade” (Mignolo, 2017, p. 2). No entanto, para a sustentação da lógica colonial do poder, Quijano (1999) apresenta alguns pontos fundamentais; dentre esses, destacamos:

a) a existência e a reprodução contínua dessas novas identidades históricas; b) a relação hierarquizada e de desigualdade entre tais identidades “europeia” e “não europeia” e de dominação daquelas sobre estas, em cada instância do poder, econômico, social, cultural, intersubjetivo, político; c) devido a isso, as instituições e mecanismos da dominação social, os subjetivos e os políticos em primeiro lugar, tinham que ser desenhados e destinados, antes de tudo, para a preservação desse novo fundamento histórico de classificação social” (Quijano, 1999, p. 140. Tradução nossa. Grifos do autor).⁷

Imbricado na colonialidade do poder, María Lugones (2019) propõe o sistema⁸ moderno/colonial de gênero, que é uma “opressão racializada, capitalista e de gênero” (2019, p. 363). Ela explica que a modernidade é um “processo ativo de redução das pessoas, a desumanização que as qualificam para a classificação, o processo de subjetivação, a tentativa

⁷ Original: a) la existencia, y la reproducción continua de esas nuevas identidades históricas; b) la relación jerarquizada y de desigualdad entre tales identidades “europeas” y “no-europeas” y de dominación de aquellas sobre éstas, en cada instancia del poder, económica, social, cultural, intersubjetiva, política; c) debido a eso, las instituciones y mecanismos de la dominación societal, los subjetivos y los políticos en primer lugar, tenían que ser diseñado y destinado, ante todo, para la preservación de ese nuevo fundamento histórico de clasificación social”. (Quijano, 1999, p. 140. Grifos do autor).

⁸ Nessa ocasião, adotamos a forma “sistema”, conforme estabelecida na norma padrão do português, por ter sido essa escrita adotada no texto de María Lugones, “Rumo a um feminismo decolonial” (2019).

de transformar o colonizado em menos que humano” (Lugones, 2019, p. 361).

Uma das características do (cis)tema moderno/colonial de gênero é sua seleção de categorias de sujeitos com base em padrões hegemônicos, hierárquicos e binários. Isso significa que os efeitos da colonialidade de gênero não são sentidos igualmente por todos (Lugones, 2020). Além disso, esse (cis)tema de seleção atende aos interesses da colonialidade de poder por atuar na classificação e reclassificação dos seres, estabelecendo papéis sociais a serem cumpridos. Por exemplo, de acordo com Lugones, o topo desse (cis)tema hierárquico é ocupado pelo homem branco, burguês, heterossexual e cristão; em uma camada inferior está a mulher branca, seguida pelo homem negro; e, na camada mais baixa desse (cis)tema, encontra-se a mulher de cor.⁹

Para sustentar esse (cis)tema hierárquico, a colonialidade de poder e de gênero utiliza o (cis)tema de dominação patriarcal, pois, embora ele anteceda o período colonial, seu conceito foi amplamente disseminado para legitimar as formas de dominação estabelecidas pela modernidade. Nesse sentido, de acordo com Humberto Maturana (2004), a cultura patriarcal

[...] se caracteriza pelas coordenações de ações e emoções que fazem de nossa vida cotidiana um modo de coexistência que valoriza a guerra, a competição, a luta, as hierarquias, a autoridade, o poder, a procriação, o crescimento, a apropriação de recursos e a justificação racional do controle e da dominação dos outros por meio da apropriação da verdade. (Maturana, 2004, p. 31).

Essa definição da cultura patriarcal feita por Maturana (2004) demonstra como o conceito de patriarcado vai além do privado, pois ele legitima formas de dominação e apropriação de recursos que sustentam uma elite capitalista hegemônica. Além disso, a lógica patriarcal surgiu paralelamente ao conceito de propriedade, considerando que, ao priorizar o acúmulo de recursos, tornou-se necessário o estabelecimento de meios culturais que contribuíssem para o padrão binário e hierárquico de dominados/dominadores. Ou seja, a lógica patriarcal divide o mundo em duas categorias: o masculino para dominar e o feminino, que deve ser dominado.

Essa característica de seleção hierárquica presente no (cis)tema moderno/colonial de gênero classifica a posição que cada um deve assumir na sociedade ocidental, no que se refere à mulher, ela está incluída na categoria dos dominados, com um papel social voltado à

⁹ Adotamos o termo “mulher de cor” com base no ensaio “Colonialidade e gênero” (2020), de Maria Lugones, no qual ela utiliza o termo que foi inicialmente “cunhado nos Estados Unidos por mulheres vítimas da dominação racial, como um termo de coalizão contra múltiplas opressões”, o que inclui as “mulheres indígenas, mestiças, mulatas, negras, cheroquis, porto-riquenhas, siouxies, chicanas, mexicanas, pueblo” (Lugones, 2020, p. 87). Neste contexto, o termo “mulher de cor” se refere às mulheres racializadas/subalternizadas pela lógica dominante da colonialidade do poder e gênero.

procriação, sendo esta sua principal responsabilidade para com a sociedade. Ou melhor, a ideologia presente por trás da submissão feminina atende aos interesses do patriarcado e, conseqüentemente, da dominação masculina. Isso sucede porque ela promove a ideia da mulher como um ser frágil e não racional. Desse modo, a mulher necessita de “um cabeça”¹⁰ para pensar por ela e essa condição contribui para a manutenção da lógica capitalista/patriarcal/colonial/moderna.

A principal característica das colonialidades e do (cis)tema patriarcal é a divisão do mundo em dominados e dominadores. Assim, mulheres, negros, a comunidade LGBTQIAPN+ e indígenas estão na categoria dos dominados. Outrossim, mesmo na categoria do dominados, há uma seleção hierárquica; por exemplo, todas as mulheres sofrem os impactos do patriarcado, no entanto, a mulher negra e pobre sofre ainda mais. Essa característica hierárquica na lógica patriarcal/colonial de gênero demonstra a interseccionalidade de gênero/raça/classe como um dos construtos da dominação colonial/moderna (Lugones, 2020).

O patriarcado é um dos meios utilizados para a sustentação da colonialidade do poder. Desta forma, evidencia-se que entender gênero é mais do que entender o patriarcado, já que seu conceito social está presente nas imposições capitalistas, heterossexuais e raciais (Lugones, 2007, p. 187). Isso se faz necessário, visto que ele legitima as hierarquias, a apropriação de recursos e a procriação, ou seja, as formas de dominação existentes; essa característica demonstra que o (cis)tema moderno/colonial de gênero e o patriarcado se fundamentam a partir dos interesses da Matriz Colonial de Poder. Isto é, a construção binária e hierárquica dos gêneros é fundamental para os interesses do capitalismo, por garantir a mão de obra necessária que sustenta a matriz de poder.

Para mais, no (cis)tema moderno/colonial de gênero, há papéis a serem cumpridos por homens e por mulheres, já que essa condição se faz necessária para a divisão sexual do trabalho presente no capitalismo. Isto posto, na lógica patriarcal, os cargos de autoridade, tanto políticos quanto econômicos, estão ocupados majoritariamente pelos homens e, “ainda que a mulher trabalhe fora de casa em troca de um salário, cabe a ela realizar todas as tarefas domésticas” (Saffioti, 1987, p. 50). Por conta disso, nota-se que o patriarcado, presente na lógica colonial, é um (cis)tema de opressão, exclusão e exploração que atua em toda a estrutura social.

Quijano (1999) destaca que, para o surgimento e manutenção das dominações colonialistas, foi necessária a criação de instituições que propagam, legitimam e impõem as

¹⁰ Utilizamos o termo “um cabeça” para nos referirmos ao homem, haja visto que, a doutrinação euro-cristã estabelece o ser masculino como sendo o dominador/cabeça da mulher, devendo esta desempenhar o papel de completa sujeição ao homem. (Efésios 5: 22 – 24).

normas sociais estabelecidas pela colonialidade do poder. Entre essas instituições está a família nuclear estruturada como um modelo familiar estabelecido como padrão universal durante o período colonial; no entanto, ela ainda existente na atualidade. Ademais, ela apresentou-se como um forte aliado na sustentação da colonialidade, pois foi exigido dos colonizados que “suas formas institucionais fossem modificadas segundo os padrões de seus dominadores, especialmente nas ‘comunidades’, dentro das redes de família e de parentesco” (Quijano, 1999, p. 141. Tradução nossa. Grifos do autor)¹¹. Nesse aspecto, Quijano deixa claro que os valores colonialistas estabeleceram um modelo imposto como universal de organização comunitária e familiar, ou seja, os modelos anteriores de família foram aniquilados pela cultura euro-estadunidense-cristã.

O modelo de família nuclear, imposto pela cultura dominante, foi estabelecido, sobretudo, dentro de regimes patriarcais e, nessa lógica patriarcal, a função da mulher está diretamente ligada à sua relação com o homem, seja para fornecer prazer ou descendentes. De acordo com Heleieth Saffioti, na divisão sexual existente no patriarcado, “as mulheres são objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (Saffioti, 2004, p. 105). Sendo assim, a mulher é subalternizada à vontade masculina, de modo que a colonialidade promove que seu papel social, sua identidade e sua felicidade se resumam a satisfazer o homem.

Além disso, os efeitos da dominação patriarcal são sentidos de diferentes maneiras por diferentes mulheres, pois o (cis)tema moderno/colonial de gênero seleciona as categorias de sujeitos ideais. Para ele, a categoria mulher refere-se à branca, burguesa, heterossexual, cristã, sexualmente pura e passiva (Lugones, 2020). Isso significa que há uma intersecção de dominação quando a mulher não se adequa a essas características, já que ela sofre dupla inferiorização; ou melhor, ela é inferiorizada por ser mulher e por não apresentar as características impostas à categoria mulher pelo (cis)tema de seleção de gênero.

O (cis)tema moderno/colonial de gênero tem como característica a hierarquia e o binarismo, na qual o homem/branco/burguês/heterossexual ocupa o topo dessa hierarquia. Essa estrutura social subalterniza a mulher e contribui para o sentimento de posse sobre o corpo feminino, destarte, um dos fatores que contribui para esse sentimento é a construção social de família nuclear concomitante com o modelo ocidental. Oyèrónké Oyèwùmí nos fornece uma definição dessa estrutura familiar:

¹¹ Original: “sus formas institucionales fueron modificadas según los patrones de sus dominadores, especialmente en las “comunidades”, y en el seno de la familia y de las redes de parentesco”. (Quijano, 1999, p. 141).

[...] a família nuclear é uma família generificada por excelência. Cada casa, ocupada apenas por uma família, é centrada em uma mulher subordinada, um marido patriarcal e seus filhos. Essa estrutura, centrada na unidade conjugal, presta-se à promoção de gênero como categoria natural e inevitável. [...] Em uma casa generificada, encabeçada pelo homem e com dois genitores, o homem-chefe é concebido como provedor e a mulher está associada ao doméstico e ao cuidado. (Oyëwùmí, 2020, p. 98).

Como destacado pela pesquisadora, essa estrutura social familiar é centrada no homem como chefe desse pequeno grupo que lhe está sujeito, assim, é dele a responsabilidade e a autoridade sobre esse grupo e o papel da mulher é o de subordinada, tendo por principal função o cuidado do espaço doméstico em que ela está inserida. Além disso, conforme destacado por Oyëwùmí (2020), esse grupo familiar é formado por um círculo fechado, no qual outras pessoas não devem interferir no que ocorre nele. Isso demonstra que o ideal de família, de acordo com a cultura ocidental, é o marido patriarcal, a esposa subordinada e os filhos em completa sujeição.

Essa estrutura familiar, presente no (cis)tema moderno/colonial de gênero, estabelece o papel de cada membro desse grupo. No caso da mulher, por ser domesticada desde a sua infância, sua vida é voltada apenas para o seio familiar, sendo dela a responsabilidade de manter a paz e a união em casa, mesmo quando os outros não trabalham para isso. Essa construção familiar, centrada no masculino, valida a subordinação feminina. Em consequência disso, alguns homens sentem-se donos desse pequeno grupo que lhes está sujeito.

As imposições de subordinação à mulher se fazem presentes na estruturação familiar, pois é nesse grupo que elas serão, inicialmente, moldadas de acordo com a lógica patriarcal. Isto é, a família se apresenta como uma instituição que administra as classificações dos sujeitos estabelecidas pela colonialidade do poder (Mignolo, 2020). No que se refere à mulher, “a socialização ensina desde cedo a menina a se portar como menina, o que quer dizer ser menos” (Quintas, 2005, p. 48).

Na obra *Açucena: a estranha dama* (2009), de Míriam Angelim, essa condição é evidenciada na comparação feita pela narradora na qual ela relaciona as relações familiares com a interação de um jardineiro com as flores presentes em um jardim:

O mundo é um imenso jardim. Nele se encontram rosas e flores com cognomes de: açucenas, jacintas, margaridas, violetas, crisântemos, bem-me-quer e mal-me-quer, dentre tantas outras. Nesse jardim estão os jardineiros: Antônio, José, Teresas e Marias, em variadas fases da vida: crianças, adolescentes, adultos e idosos. Todos, ou em sua maioria, donos de verdades indiscutíveis decidindo se regam o jardim. Jardim, flores e jardineiros compõem e se dividem em pequenos círculos chamados famílias. Famílias que cuidam, zelam, apreciam e em algumas situações em nome de seus supremos valores, sufocam, alienam ou se omitem. Há quem se considere proprietário do jardim. (Angelim, 2009, p. 13-14).

Ao analisar a comparação feita pela narradora, notamos que, assim como o jardineiro, em uma família patriarcal, o chefe da família exerce controle absoluto em relação aos que estão sob o seu cuidado. Além disso, um jardineiro tem a possibilidade de deixar no jardim apenas as plantas que lhe interessam. Fazendo um paralelo com as relações familiares, o chefe da família tem a liberdade de moldar “as flores” que estão inseridas nesse pequeno círculo. Isso significa que o patriarca tem o direito de impor seus valores e ideais para aqueles que lhes estão sujeitos, logo, todos os membros da família precisam se encaixar nesse jardim.

Pensando nesse aspecto de flores e jardineiros, é notável o fato de que o nome da personagem central do romance remeter à flor açucena, pois essa flor tem a simbologia associada à pureza e inocência. Concomitantemente ao seu nome, Açucena, inocentemente, teve toda a sua vida moldada pelos “jardineiros” que ela foi encontrando pelo caminho. Inicialmente, esse processo de modelagem da personagem é observado na relação dela com a família de origem, em especial o seu pai, que foi o seu primeiro “jardineiro” e determina quando essa jovem vai casar-se e com quem, cabendo a ela apenas aceitar o que lhe é imposto.

Com base nessas observações, nota-se que a estrutura familiar descrita no romance é construída a partir dos moldes patriarcais presentes na colonialidade de gênero e na família nuclear. Isso fica evidente, pois, no romance, observa-se esse homem que, de acordo com a lógica colonial, tem total autoridade sobre todos da sua casa, cabendo a estes um papel de inteira submissão. Essa estrutura atende aos interesses sociais do ocidentalismo, pois o grupo familiar funciona como um propagador das ideologias dominantes da sociedade capitalista. Isso é relevante levando-se em conta que o processo de moldação da mente humana inicia-se desde a infância (Quintas, 2005), porque é nesse período que são apresentados os papéis de cada indivíduo da família, isto é, a mulher cuidará da casa enquanto o homem se preocupará com o espaço exterior ao doméstico (Biroli, 2018).

A construção social das mulheres como seres domesticados, cujos sonhos e realizações ocorrem apenas no seio familiar, influenciou no que é imposto a elas pela cultura dominante, tendo em vista que, “os ideais de feminilidade professados pelas sociedades ocidentais [...], baseiam-se no princípio de que as relações de família, notadamente casamento e maternidade, são a fonte de uma psique feminina normal” (Schwantes, 2006, p. 9-10). Esse ideal influenciou na construção social das mulheres, relegando-as a uma condição de inferioridade em relação aos homens, pois uma vez que seu espaço de atuação era o doméstico, elas não possuíam independência financeira.

O papel da mulher, subordinada aos interesses patriarcais, influenciou vários campos sociais, como cultura, economia, política, entre outras áreas. Em *Açucena: a estranha dama*,

Míriam Angelim, por meio da voz da narradora, chama a atenção para essa condição, especialmente em três ocasiões na vida de Açucena: a imposição do casamento, a vida de casada e após o divórcio. Em cada um desses momentos, Açucena se vê sob a tutela de um novo jardineiro, todos com o mesmo objetivo: podá-la. Em relação ao primeiro jardineiro, o pai, o romance não fornece muitas informações; todavia, foram as decisões dele, referentes ao casamento, que influenciaram, direta ou indiretamente, os outros podadores.

O príncipe encantado, todos sabem, naquela época, era indispensável no pacote da felicidade assim como inquestionável era o casamento na vida de uma jovem. E assim, o príncipe encantado, veio de longe. Posso imaginá-lo em seu cavalo branco. O certo é que veio de fora do Maranhão, e o seu nome era Antônio. Açucena casou-se muito jovem. Partiu com o marido, deixando sua família de origem. [...]
E a jovem nubente, sonhadora partiu com o príncipe. Certamente após rica cerimônia e a convicção daquela família de ter mais uma meta alcançada: casar uma filha. Missão cumprida. O grande objetivo familiar de casar “bem” a filha estava atingido. Como nos modelos da época, a comemoração provavelmente durou os três dias e o “dote” deve ter sido generoso. (Angelim, 2009, p. 24).

Nesse trecho, a narradora destaca como as relações de casamento e família eram impostas socialmente à mulher. Nos modelos socialmente aceitos na cultura maranhense da segunda metade do século XX, período em que se passa o romance, era indispensável na vida de uma mulher o casamento. Nesse sentido, Antônio é apresentado como o “príncipe encantado” que contribuiu para que os pais de Açucena atingissem a meta de casar a filha.

Para mais, a analogia feita pela narradora comparando o candidato a marido com o “príncipe encantado” remete ao ideal de feminilidade presente na cultura ocidentalista, de acordo com o modelo de família (Schwantes, 2006; Oyèwùmí, 2020). Isto é, como a lógica presente no patriarcado é que o objetivo da mulher é casar e ser a “rainha de um lar”, o homem é esse ser magnífico, o “príncipe encantado” que pode ajudá-la a realizar esse sonho.

Outro ponto que torna o homem o “príncipe encantado” é o fato de ser estabelecido no modelo patriarcal de família a exigência do casamento para a mulher, esse ideal é imposto à menina desde o seu nascimento. Essa condição é revelada em toda a estrutura social, incluindo no entretenimento infantil, que se constitui no cuidado com as bonecas e brincadeiras de casinha, que preparam a menina para o seu destino de mulher submissa. Sendo assim, com o casamento, foi possível à família de Açucena cumprir a missão de “casar ‘bem’ a filha” (Angelim, 2009, p. 24). Ademais, como Açucena foi criada para casar-se, é evidenciado no romance de Míriam Angelim que essa mulher apenas aceita submissamente o destino que lhe é imposto, mesmo sem saber o que lhe aguarda.

Na narrativa, destaca-se o fato de Açucena não ter o direito de escolher com quem se

casará, pois, como destacado na obra, esse era o objetivo dos pais e, para atingir esse objetivo, os pensamentos e opiniões dela não foram levados em consideração. Desta forma, essa mulher foi obrigada a casar-se ainda jovem, com a idade de apenas 14 anos. Depois disso, ela precisou distanciar-se da sua família de origem. Logo, com o casamento, Açucena se encontra nas mãos do seu segundo jardineiro, o marido.

Após o casamento, Açucena precisa partir e se vê isolada em uma nova família, agora não mais na condição de filha e sim de esposa, ou seja, essa mulher se encontrava em um novo jardim, o do marido. Nessa nova condição, ela perde o contato com a família de origem, porque, conforme estabelecido no padrão ocidentalista de família nuclear, ao se formar uma nova família não cabe a interferência de terceiros (Oyěwùmí, 2020). Isto significa que esse círculo familiar é fechado, composto apenas pelos dois genitores e os filhos (Oyěwùmí, 2020), sendo essa a razão do afastamento de Açucena da sua família de origem.

Por conta dessa estrutura social, após o casamento, Açucena precisou lidar sozinha com o isolamento e as agressões físicas e emocionais. Ademais, durante essa nova fase da sua vida, ela sentiu o impacto das torturas sociais e psicológicas utilizadas pelo seu novo jardineiro, com o objetivo de podá-la de acordo com seu interesse. Esse isolamento de Açucena ficou evidenciado no capítulo 3 do romance intitulado “A grande dispersão”, como apresenta a narradora:

O tempo correu. Ninguém acompanhou a rotina daquele casal. E para que acompanhar? Já que era o tempo e o lugar em que o homem era senhor absoluto da donzela desposada, mesmo sendo esse homem imaturo e até portador de distúrbios psiquiátricos. O homem era o chefe e “cabeça” para todas as decisões. Para a mulher a única orientação era a obediência total ao senhor marido. Aliás este é um fato que ainda hoje algumas religiões tentam impor. Passado muito tempo do dia da partida daquela jovem do interior do Maranhão, a única notícia veio com a própria Açucena: maus tratos [*sic*], grandes surras. Apanhava quase que diariamente do marido que a deixava em prisão domiciliar para que os outros homens não a vissem. Nesse ínterim, gerou e pariu quatro filhos. Teve problemas de saúde na penúltima gravidez na qual teve eclâmpsia. (Angelim, 2009, p. 24 – 25).

Nesse trecho do romance, destaca-se o controle exercido pelo marido em relação à esposa, no entanto, para estabelecer-se esse controle patriarcal na família, algumas ideologias são impostas, dentre elas, segundo Susana de Castro (2020), a infantilização feminina, porque “ninguém escraviza ou domina outro sem impor um processo de inferiorização que justifique o tratamento sub-humano dado a uma pessoa que do ponto de vista biológico também é um ser humano” (Castro, 2020, p. 162). Nesse sentido, as mulheres têm sua humanidade negada devido às ideologias sociais dominantes que as classificam como seres emocionais e não racionais.

Observamos essa imposição ideológica da mulher como não racional, próxima a um estado de natureza, com o corpo pecaminoso e luxurioso, através da imposição do marido para que Açucena não tenha nenhuma forma de contato com outros homens. Essa imposição dele teve por finalidade garantir a fidelidade da esposa, por meio do controle de sua sexualidade (Saffioti, 2004). Em outras palavras, ele manteve a esposa em prisão domiciliar para garantir sua fidelidade. Essa atitude do marido revela outra rubrica ideológica referente ao corpo feminino, isto é, a mulher possui um corpo pecador e lascivo que estimula desejo nos homens e, por esse motivo, deve ser resguardado. Assim, evidencia-se como a cultura patriarcal presente na religião cristã foi essencial para a subalternização/dominação feminina.

Esse ideal de mulher subordinada ao marido contribuiu para os constantes abusos sofridos por Açucena. A restrição do espaço de atuação de Açucena foi o primeiro processo de podagem feito por esse jardineiro, haja visto que “um dos elementos nucleares do *patriarcado* reside exatamente no controle da sexualidade feminina, a fim de assegurar a fidelidade da esposa ao seu marido” (Saffioti, 2004, p. 49. Grifo da autora). Isto posto, Antônio utilizou, inicialmente, desse elemento nuclear do patriarcado para marginalizar sua esposa. No entanto, essa fidelidade no casamento não representou para Açucena uma via de mão dupla, porque, no romance, Antônio mantinha relações extraconjugais.

Salienta-se que essas ideologias são sustentadas para legitimar uma dominação ampla sobre o corpo feminino que, conforme Valeska Zanello (2018), as diferenças, como do campo da biologia, são utilizadas para legitimar a subalternização feminina, porém o grande fator por trás dessas diferenças não é a estrutura corporal da mulher, ou seu emocional “mais fraco” em relação ao homem, e sim questões sociais. Sendo assim, o que está por trás dessa marginalização feminina são os interesses das classes dominantes.

Essa estruturação social, que promove uma superioridade masculina, reflete nas construções familiares por ser esta a primeira instituição utilizada na classificação e reclassificação dos sujeitos (Quijano, 1999). Essa condição se evidenciou na cultura euro-estadunidense-cristã que impõe à mulher a “obediência total ao senhor marido” (Angelim, 2009, p. 25), já que, como destacado no romance, este é o seu “cabeça”. Nesse aspecto, convém ressaltar que a narradora aproxima essa construção social com as ideologias cristãs, pois elas contribuíram para a marginalização feminina. Ademais, Míriam Angelim chama a atenção que essa subordinação é exigida da mulher mesmo quando seu companheiro é “imaturo e até portador de distúrbio psiquiátrico” (Angelim, 2009, p. 25).

Embora a narradora não mencione quais são os “distúrbios psiquiátricos” de Antônio, marido de Açucena, a relação agressiva que ele mantinha com a esposa e, ao mesmo tempo, a

certeza da família que a filha estava “bem” casada demonstram que esse personagem tinha traços de psicopatia. Chegamos a essa conclusão pois a psicopatia refere-se a um “tipo de transtorno das funções afetivas, tendendo para a presença de comportamentos desviantes, porém, sem alterações em funções intelectuais” (Monteiro, 2014, p. 25).

Deste modo, Antônio conseguia manter as aparências de uma vida ideal com Açucena, enquanto, na verdade, esse personagem a espancava, mantinha-a em prisão domiciliar e a estuprava constantemente. Segundo Hervey Cleckley (1988), um psicopata apresenta charme superficial, inteligência, ausência de delírios e outros sinais de pensamento irracional, falsidade e insinceridade, falta de remorso, egocentrismo patológico e incapacidade de amar. Sendo assim, com base nessas características, podemos interpretar que a psicopatia é o “distúrbio psiquiátrico” de Antônio, que, fazendo jus a seu nome¹², foi alimentado por flores, sendo a principal delas Açucena.

A ideologia que está presente por trás da submissão feminina atende aos interesses do patriarcado e, conseqüentemente, da dominação masculina e, isso ocorre, porque ela promove a ideia da mulher como um ser frágil e não racional. Desse modo, a mulher necessita de um cabeça para pensar por ela, ademais, essa condição contribui para a manutenção da lógica capitalista/patriarcal.

Recusa e subvalorização são produzidas da perspectiva de quem está, estruturalmente, liberado do trabalho cotidiano e doméstico. É de uma perspectiva masculina e heterossexual que família e maternidade podem ser idealizadas e mesmo santificadas, enquanto continuam a ser definidas de um modo que onera as mulheres e as torna vulneráveis. (Biroli, 2018, p. 61).

Nesse sentido, Flávia Biroli (2018) destaca que essa “subvalorização feminina” é estabelecida por quem está no poder, porque, como os postos de autoridade, política e econômica, estão ocupados majoritariamente pelo homem, branco, burguês, heterossexual e cristão, é de se esperar que as ideologias dominantes reflitam quem estar no poder. Para mais, mesmo quando há participação feminina em algumas atividades, isso só ocorre se não ameaçar o interesse básico da família burguesa (Saffioti, 1987, p. 22). Ou melhor, mesmo se uma mulher ocupar um posto de autoridade, ela precisa adequar-se ao regime patriarcal presente na estrutura social.

Esse modelo social construído pela cultura hegemônica dominante resulta na

¹² O nome Antônio significa “valioso”, ou seja, algo de valor inestimável, tomando por base a origem etimológica do nome, que é proveniente do latim *Antonius*. No entanto, o nome Antônio também pode ser oriundo do grego *antheos*, que significa flores; sendo assim, em um contexto poético e cultural, é associada ao nome Antônio sua raiz grega com o significado de “alimentado por flores”.

vulnerabilidade das mulheres, sobretudo das classes mais baixas. Isso ocorre porque é dada a elas a responsabilidade com o cuidado doméstico, função realizada de forma não remunerada, pois a supremacia social, imaginária, é masculina¹³. Sendo assim, a maternidade e a casa são santificadas para as mulheres, enquanto ao homem cabe a responsabilidade de “conquistar” o mundo.

Em reflexo a essa condição social, no romance, Açucena precisou se contentar com a realidade de sua casa, porque esse foi o espaço destinado a ela. Essa condição legitimou as violências sofridas por essa mulher, uma vez que o marido ocupava a posição de autoridade por ser ele o provedor do sustento da família. Na condição de mulher e dona de casa, é negada à Açucena a escolaridade e o mercado de trabalho, cabendo a ela apenas aceitar e conviver com as imposições do marido.

O relacionamento de Açucena com Antônio era marcado por constantes agressões, pois, como destacado pela narradora, essa mulher sofria “maus tratos, grandes surras. Apanhava quase que diariamente” (Angelim, 2009, p. 25). Essa condição evidencia o sentimento de posse por parte do marido em relação ao corpo da esposa e para manter a posse/controlar desse corpo, o outro método de podagem utilizado por Antônio era as constantes agressões físicas deferidas contra a mulher. Na condição de mulher, sem estudo ou trabalho, com quatro filhos pequenos, Açucena não tinha escolha a não ser lidar com a violência presente em sua vida.

Essa condição destaca que a sociedade construída, a partir da cultura euro-estadunidense-cristã é sexista e falocêntrica, ou seja, as ideologias presentes nela são pensadas de forma a legitimar a dominação masculina. Desta forma, o (cis)tema moderno/colonial de gênero fornece ao homem o controle do pequeno jardim formado pelo círculo familiar. No entanto, para a existência da “*construção social da supremacia masculina exige a construção social da subordinação feminina*” (Saffioti, 1987, p. 29. Gifos da autora). Em decorrência disso, o patriarcado engloba todas as classes, todavia, ele atende aos interesses de uma pequena elite hegemônica.

O modelo patriarcal e o preconceito existente na sociedade, no quesito gênero, afetam as relações de trabalho por ser interessante à classe patronal e, conseqüentemente ao (cis)tema capitalista, que a mulher seja inferiorizada, o que significa receber menos e produzir mais

¹³ Neste texto, referimo-nos à supremacia masculina como imaginária, pois a estrutura patriarcal é pensada para assegurar o controle dos donos do capital. Sendo assim, o poder que o homem pertencente à classe trabalhadora diz ter é apenas imaginativo e uma das formas de a elite capitalista hegemônica inviabilizar a união da classe operária (Saffioti, 1987). Desta forma, os valores patriarcais, perpetuados nas relações familiares, tornam possível a desigualdade salarial e econômica, a precariedade da educação, a perda de direitos trabalhistas, que afetam apenas as camadas sociais mais baixas. Logo, o que o homem desfruta como sendo autoridade máxima da esposa e dos filhos é um minipoder diante da lógica capitalista.

(Saffioti, 1987). Essa condição demonstra que, para entender gênero, é necessário compreender a lógica dominante presente na sociedade capitalista, pois ela assegura o controle do capital. À vista disso, esse (cis)tema machista e opressor não afeta apenas as mulheres, uma vez que ele atua também na castração masculina, como destacado por Saffioti:

O macho é considerado o provedor das necessidades da família. Ainda que sua mulher possa trabalhar remuneradamente, contribuindo, desta forma, para o orçamento doméstico, cabe ao homem ganhar o maior salário a fim de se desincumbir sua função de chefe. Logo, quer seja o único provedor das necessidades familiares, quer seja o principal deles, não lhe é permitido fracassar. A ideologia dominante impõe ao homem a necessidade de ter êxito econômico, independentemente do número de empregos oferecidos pela economia nacional, do grau de dependência do Brasil em relação às potências altamente industrializadas, da intensidade de intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) na política econômica brasileira. (Saffioti, 1987, p. 24).

Nesse sentido, o homem sofre as imposições sexistas mantidas pela lógica capitalista que contribui com o enriquecimento da classe burguesa, uma vez que o patriarcado, presente no (cis)tema moderno/colonial de gênero, é opressor a todos. Por exemplo, é imposto ao homem que ele é responsável pelo cuidado financeiro da família, isso significa que se essa família passa por dificuldades financeiras é porque ele fracassou como homem. Entretanto, como destacado por Saffioti, existem variados fatores que afetam financeiramente as famílias brasileiras e essa condição demonstra que esse (cis)tema opressor e doentio só funciona para a sustentação do capitalismo e enriquecimento dos donos do capital.

A divisão existente na sociedade com base em gênero, raça, sexualidade, classe etc., é uma das formas da perpetuação do poder de uma elite hegemônica, pois ela impossibilita a união da classe trabalhadora (Saffioti, 1987). No entanto, para que essa estruturação funcione é fornecida ao homem heterossexual e cristão a ideia falaciosa de ser ele o dominante, através do poder que ele exerce no pequeno círculo familiar. Essa ideia é uma falácia, porque o real poder desse (cis)tema está nas mãos dos donos do capital, ou seja, o que esse homem tem é um poder ínfimo dado a ele pela classe dominante para o silenciar.

No romance *Açucena: a estranha dama*, não são fornecidos muitos detalhes em relação à condição financeira da família de Açucena, mas a partir da leitura de todo o contexto da obra, destaca-se que a família de origem da jovem habitava um lugarejo rural no interior do Maranhão e sua renda era voltada à pequena produção agrícola. A família que se formou após o casamento não habitava próximo à de origem, sendo assim, a sobrinha de Açucena não informa sobre a condição financeira de Antônio, pois ela não tinha essa informação. Porém, ao que tudo indica, o marido de Açucena não era dono de grandes recursos e o controle abusivo sobre o corpo de

uma frágil mulher foi o único “poder” adquirido por esse homem para legitimar-se como macho dominante.

O controle de Antônio na vida de Açucena é revelado no poder de decisão que ele possui, já que, embora esse homem seja descrito como “imaturado” e “portador de distúrbios psiquiátricos” (Angelim, 2009, p. 24), ele fica com a guarda dos filhos, mesmo sem ter onde deixá-los. Essa condição evidencia que, para a mulher é negado até o papel fundamental de ser mãe na sociedade patriarcal, pois a relação de maternagem só é entendida dentro do conceito do casamento. Em resultado dessa imposição, Açucena “vive o sentimento de perda dos filhos. A preocupação de como estariam essas crianças indefesas com um brutamonte que para se vingar de uma mulher frágil, assumiu crianças pequenas para colocar em casas de amantes” (Angelim, 2009, p. 26). Essa condição foi o terceiro método de podagem utilizado por Antônio.

Esse novo método de podagem, utilizado pelo marido de Açucena, baseia-se na tortura psicológica a partir da relação mãe/filho. Esse homem, embora não tenha aparato emocional e financeiro, mas, por ser homem, é ele quem detém esse micropoder social, fortemente marcado na vida dessa mulher. Após o divórcio, Açucena é impedida de ter contato com os filhos, situação apresentada pela narradora no dia do velório da tia, pois a única que sabe da morte da mãe é a filha que ela trouxe na barriga após ser abandonada por Antônio.

Além disso, na ocasião do divórcio de Açucena, fica evidente o papel social da mulher, de acordo com a lógica patriarcal presente no (cis)tema moderno/colonial de gênero. Sobre isso, Saffioti explica que, nesse (cis)tema, “as mulheres são objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (Saffioti, 2004, p. 105). Desse modo, a condição da mulher só é entendida a partir da reprodução e do seu relacionamento com o homem como está posto a partir da narradora que nos apresenta o motivo que levou Antônio a desfazer-se dessa mulher.

O príncipe encantado que agora se transformou em um sapo cheio de verrugas e asqueroso, não quer mais aquela jovem mulher cadavérica, doente e sem graça em sua beleza física.

A linda e alegre jovem agora é uma mulher triste, feia, em estado depressivo. Cheia de mágoas e muito doente, sobretudo, emocionalmente. Por tudo isso, está sendo devolvida à sua família de origem.

Ser devolvida à família pelo marido, o “herói da meta alcançada” do grande enlace realizado, significava não prestar, não ter servido aos planos do “senhor todo poderoso”, tampouco da família. (Angelim, 2009, p. 25-26).

Nessa ocasião, ressalta-se que Açucena não atende mais ao ideal de mulher, isto é, por ser “triste, feia e cadavérica” e, por isso, não fornece mais o prazer sexual. Para mais, ela já havia gerado quatro filhos e estava grávida do quinto, já alcançando o seu propósito. A respeito

disso, segundo as imposições da lógica patriarcal, Açucena se tornara dispensável, pois a mulher tem a função apenas de fornecer prazer e reproduzir (Saffioti, 2004).

Outro ponto digno de nota é a ênfase sarcástica da narradora ao descrever Antônio como o “herói da meta alcançada”, porque é estabelecido na cultura ocidentalista que a mulher só encontra a felicidade no casamento e na maternidade (Schwantes, 2006). Posto isto, essa é a meta a ser alcançada por todos os pais de menina, isto é, casar uma filha, porém o casamento de Açucena foi motivo de angústia e sofrimento para essa mulher, o que rompe com o ideal de feminilidade e felicidade, presente na lógica patriarcal do (cis)tema moderno/colonial de gênero.

Ademais, a narradora afirma que o divórcio para uma mulher na sociedade maranhense, da segunda metade do século XX, “significava não prestar, não ter servido aos planos do ‘senhor todo poderoso’ [sic], tampouco da família” (Angelim, 2009, p. 26. Grifo da autora). Nesse sentido, a sobrinha de Açucena chama a atenção para a imposição religiosa e social sobre o corpo da mulher. Como observado anteriormente, casar a filha era o objetivo de todas as famílias da época como reflexo do que se espera de uma mulher na ideologia cristã.

De acordo com Mignolo (2017), a supremacia religiosa cristã é um dos nós histórico-estruturais que sustenta a colonialidade, desse modo, é de se esperar que a religiosidade cristã seja amplamente imposta, uma vez que ela contribui na organização e reorganização social dos sujeitos. Assim, a imposição religiosa cristã legitima o (cis)tema hierárquico de poder nas mãos do homem branco, burguês, heterossexual e cristão.

Para mais, nesse trecho, o uso de aspas feito pela narradora ao mencionar o “senhor todo poderoso” reflete o ponto de vista irônico dela sobre esse assunto. Na ideologia euro-estadunidense-cristã nos é apresentado um homem branco, patriarcal e heterossexual como o portador de todo poder, autoridade e símbolo de perfeição, este é o desenho de Deus na cultura cristã. Esse padrão do “ser perfeito” se reflete na sociedade ocidental, conseqüentemente, ao mencionar o “senhor todo poderoso”, ela se refere tanto ao Deus da ideologia cristã, quanto o homem que o representa como modelo de perfeição humana.

Essa estrutura social patriarcal está tão arraigada na sociedade que mesmo famílias chefiadas por mulheres são estruturadas de acordo com o patriarcado (Oyèwùmí, 2020). Em *Açucena: a estranha dama*, essa condição é evidenciada após a morte do pai da família, haja visto que, embora o patriarca estivesse morto, os valores patriarcais foram mantidos pelos demais, incluindo a mãe. Assim, após ser devolvida à família de origem, Açucena fica aos cuidados do seu terceiro jardineiro, a mãe e os irmãos.

A narradora concentra a maior parte do romance na vida de Açucena após o divórcio,

porque é nesse período que ela tem contato com a tia, o que se passa na vida dessa mulher anterior ao casamento, a narradora toma conhecimento através de terceiros. Além disso, é a partir do relacionamento de Açucena com o terceiro jardineiro que a sobrinha apresenta as consequências da violência patriarcal na vida dessa mulher, mas, inicialmente, ela nos apresenta o método de podagem utilizado por esse jardineiro.

Quando Açucena foi devolvida pelo marido, os quatro filhos que ela havia gerado foram retirados dela e ela estava grávida do quinto filho (no romance não menciona se Antônio teve contato com essa criança). No entanto, fica claro que, após um tempo, a menina que Açucena trouxe no ventre nasceu e foi educada pela avó materna, já que nessa ocasião a depressão de Açucena já havia se agravado. Assim, essa mulher ao ser devolvida encontrava-se desadaptada a família de origem, conforme mencionado pela narradora.

Ao ser devolvida como louca, aquela jovem cheia de sonhos, que anteriormente partiu, deixa de existir. Deixa de ocupar o espaço que antes era somente dela no meio familiar. Para ela agora é reservado um outro espaço. O espaço de quem perdeu o sentido das coisas. De quem, portanto, perdeu o próprio sentido, refletido pela fragmentação do self. De quem deixou de significar e ser significado como antes. Perdeu o seu espaço. O espaço que lhe é reservado agora é o espaço de ninguém. (Angelim, 2009, p. 15).

Antes do casamento, Açucena era a filha jovem e solteira daquela família, uma flor que precisava ser cuidada, regada e moldada pelo seu primeiro jardineiro, todavia, após o divórcio, ela não ocupou a mesma posição que tinha anteriormente. Como mencionado pela narradora, nessa nova condição, Açucena foi coisificada e assumiu “o espaço de ninguém”, ou seja, aquela flor agora tornou-se um incômodo “matinho”.¹⁴Essa é a posição de Açucena em seu terceiro jardim: a coisificação da alma de Açucena foi o primeiro processo de podagem empreendido pela mãe e os irmãos da jovem.

Isso significa que, após o divórcio, Açucena torna-se um “zé-ninguém” (Reich, 1998), porque quando ela retorna à casa paterna, deixa de expressar sua opinião e governar sua própria vida. De acordo com a narradora, Açucena, “apesar de rica em frustrações, se mostra indiferente como se tivesse sido preparada para suportar essas situações ou porque sepultou seus sentimentos e deseja esquecê-los” (Angelim, 2009, p. 27).

Wilhelm Reich, ao mencionar a castração do zé-ninguém, afirma que “prometem-lhe não a liberdade individual, mas a *nacional*. Nada dizem sobre auto-respeito, mas dizem-lhe que

¹⁴ Utilizamos a expressão “matinho” como diminutivo da palavra mato, que é aplicado a qualquer vegetação indesejável em um jardim, ou seja, uma espécie de planta não cultivada, mas que apenas existe em um dado local.

respeite o Estado. Prometem-lhe não a grandeza pessoal, mas a grandeza nacional” (1998, p. 18, grifos do autor). Considerando a família de Açucena como um microcosmo de uma realidade maior, observamos que os interesses individuais são deixados de lado para se priorizar os interesses familiares. Sendo assim, ao divorciar-se, a individualidade de Açucena é ignorada e a preocupação com a imagem da família ocupa a maior importância, desse modo, ela é coisificada e torna-se um ser abjeto, por representar perigo às estruturas familiares.

Outro processo de poda ocorre depois do nascimento de Maria, o quinto filho de Açucena. Tendo decorrido um tempo após o divórcio, ela encontra um novo amor, mas seus parentes se opõem. Entre os motivos dessa oposição encontra-se os valores sociais e religiosos vigentes na sociedade maranhense da segunda metade do século XX, que não autorizava a mulher a ter um segundo casamento, como se observa no próximo trecho extraído do romance:

Após o nascimento de Maria, Açucena conhece Estevão. Um robusto rapaz que encantado com sua beleza diz-se apaixonado e deseja desposá-la. Naquela época não existia divórcio. É a nova oportunidade desta mulher formar uma família, ter um companheiro e recomeçar a vida. Contudo, não lhe foi permitido por muitos motivos. Principalmente o religioso que a verá como concubina. Pesa-lhe ainda o fato de ter sido devolvida pelo marido e, de acréscimo, aliados às dúvidas sobre as reais intenções desse rapaz, vêm as interrogações sobre como será o comportamento de Açucena pós casamento. Tudo é permitido para evitar essa nova união. (Angelim, 2009, p. 26-27).

Embora o marido de Açucena tenha sido um agressor que torturava a esposa, sendo o responsável pela doença mental dela, nesse trecho do romance, destaca-se a imposição à mulher de manter-se leal ao primeiro marido, segundo os padrões religiosos. Nessa ocasião, quem sustenta os valores patriarcais são as antigas flores do jardim que eram podadas pelo antigo jardineiro. Para esses novos podadores, não importava quão bem um novo relacionamento poderia fazer na vida de Açucena, o principal interesse era manter as estruturas sociais impostas pelo (cis)tema. Nesse sentido, a mãe e os irmãos de Açucena passam da condição de dominados para dominadores, agindo de acordo com a lógica patriarcal presente no modelo colonial de gênero.

Essa dominação exercida pela mãe e irmãos de Açucena é relevante por salientar o caráter social de gênero e como ele afeta as subjetividades, visto que essas antigas plantas foram moldadas de acordo com a lógica patriarcal/colonial e, agora, na condição de jardineiro, elas perpetuam esses valores. Essa lógica patriarcal, e o conceito de gênero dela resultante, afeta a visão de mundo das pessoas, bem como as relações entre os sujeitos, conforme destacado por Heleieth Saffioti e Suely Almeida,

O gênero, assim como a classe social e a raça/etnia, condiciona a percepção do mundo circundante e o pensamento. Funciona, assim, como um crivo através do qual o mundo é apreendido pelo sujeito. Logo, a atuação do sujeito sobre o mundo deriva de sua maneira específica de compreendê-lo. A postura aqui esposada não consiste em reduzir tudo a gênero, mas em afirmar que ele, como também a raça/etnia e a classe social são fundantes das relações sociais, pois regulam as relações homem-mulher, as relações homem-homem e as relações mulher-mulher. (Saffioti e Almeida, 1995, p. 23)

Essa condição, destacada por Saffioti e Almeida, demonstra que a maneira que aprendemos gênero afeta como o compreendemos e, conseqüentemente, como o reproduzimos. Isso significa que, como fomos condicionados desde sempre a ver a mulher como um complemento do homem, casta, subordinada, dona de casa, leal ao marido etc., só conseguimos pensar a mulher a partir desse ideal. Logo, os irmãos de Açucena a castra, porque foi assim que eles aprenderam; já a mãe a castra, porque ela também foi castrada, ou seja, o conceito de gênero afeta o relacionamento de mulher-mulher, no caso da mãe de Açucena, que não estimulou a filha a buscar a liberdade.

Essa característica da mãe de Açucena demonstra que “o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas também por mulheres” (Saffioti e Almeida, 1995, p. s.n.). Posto isto, a representação social de gênero afeta a maneira como as mulheres entendem o que significa ser mulher e, por isso, afeta sua representação de gênero (Lauretis, 2019), ou melhor, a castração da mulher é fruto de uma imposição social, sendo reproduzida, até mesmo, por mulheres. Por essa razão, é possível observar mulheres patriarcais, machistas, sexistas e opressoras, pois elas são frutos desse (cis)tema que as molda diariamente.

A relação de Açucena com seus três jardineiros ilustra como o modelo de família imposto pela cultura euro-estadunidense-cristã atua na classificação e reclassificação dos sujeitos (Quijano, 1999), já que em todas as fases da vida de Açucena, ela foi podada conforme os interesses patriarcais presentes no (cis)tema moderno/colonial de gênero.

Em suma, o primeiro jardineiro a ensinou que sendo ela mulher, era inferior aos outros e, em decorrência disso, seu único caminho para a felicidade era o casamento, finalidade para a qual ele a preparou. O segundo jardineiro atuou na limitação da sua sexualidade e com ele Açucena teve a posse do próprio corpo retirada. Ademais, o seu método de podagem concentrava-se na agressão e tortura, tanto física quanto psicológica e foi esse jardineiro que retirou dessa mulher até a sua sanidade. E, por fim, o último jardineiro era produto social, seres que precisaram adequar-se ao (cis)tema para assim sobreviver, retirando dela a oportunidade de recomeçar.

Diante do exposto, o romance ressalta como os valores patriarcais, presentes no (cis)tema moderno/colonial de gênero, são opressivos e destruidores na vida de todos. Esse (cis)tema está imbricado na colonialidade do poder e, por esse motivo, apenas a classe dominante, representada por uma elite burguesa, é quem realmente colhe os frutos dessa forma de dominação. De arte, o que sobra às classes mais baixas é lidar com um (cis)tema que adocece, tanto fisicamente quanto emocionalmente.

2 UM MUNDO PARALELO DESENVOLVIDO PELA LOUCURA: AS CONSEQUÊNCIAS DO PATRIARCADO PARA AÇUCENA

A colonialidade do poder e seu (cis)tema colonial de gênero afetou a maneira de a mulher ser vista e tratada na sociedade como um todo, já que esse (cis)tema de dominação relegou a mulher à condição de inferioridade em relação ao homem. Em consequência dessa estrutura social, foi estabelecido o homem como o cabeça da mulher, sendo assim é dele a autoridade sobre o corpo feminino. No entanto, para que essa marginalização se concretize, o regime patriarcal foi amplamente disseminado nas sociedades ocidentais.

No romance *Açucena: a estranha dama*, observamos que o processo de castração/podagem do corpo da personagem Açucena foi estabelecido a partir do seu relacionamento com três figuras patriarcais com as quais ela teve contato. A primeira figura patriarcal é o pai da personagem, que influencia a vida dela por estabelecer o momento certo do casamento e o nível de instrução que deveria receber. Esse personagem atua na primeira fase da vida de Açucena, o que significa que ele é o primeiro a estabelecer o papel social que essa mulher desempenhará, ou seja, o de esposa casta e submissa.

Em reflexo a essa condição da mulher vinculada à figura do marido, Açucena casa-se com a idade de 14 anos, ou seja, ela é obrigada a tornar-se esposa mesmo antes de gozar a juventude. Além disso, por ser a família nuclear um grupo fechado e sem participação de terceiros (Oyèwùmí, 2020), após a formalização do casamento, Açucena é afastada do convívio com a família de origem, assim, ela está sobre a dominação do seu principal patriarca, o marido.

O segundo patriarca, o marido de Açucena, está no centro das relações patriarcais presentes no romance, porque após o casamento ele molda a sexualidade, a liberdade e os direitos dessa mulher. Ademais, através de violência física e psicológica, o marido de Açucena a castra ao ponto de levá-la à loucura, por apresentar um estado avançado de depressão. Levando-se em conta que a família, no modelo euro-estadunidense-cristão, é nuclear, Açucena é isolada junto ao marido, situação que contribuiu para as agressões sofridas por ela. Assim, a narradora do romance nos fornece, a partir da sua imaginação e das conversas tidas com a tia, uma descrição da vida de Açucena durante o casamento:

Em minha imaginação, a vejo durante esse período como alguém desencantado com o sonho. Desiludido com o ideal, revoltado com o engodo. E nesse misto de desilusão e revolta ela luta sozinha, briga e não se curva. Clama por igualdade e insiste que quer sentir-se gente e ser feliz. Não quer sentir-se como um animal usado. Contudo, se vê acuada.

Sem respeito, sem direitos, deve ter sido uma valente solitária, uma rebelde no chicote diário para aprender a respeitar aquele homem. (Angelim, 2009, p. 25).

Nesse trecho do romance, a narradora resume a vida de Açucena a partir de suas perspectivas, desse modo, ela destaca o fato da vida dessa mulher ser marcada pelo constante silenciamento. Além disso, foi imposto à jovem Açucena apenas a adaptação diante da realidade em que ela se encontrava embasada nas constantes agressões sofridas, demonstrando o sentimento de posse que o marido tinha sobre o corpo desta mulher. É relevante mencionar que a narradora levanta a possibilidade de Açucena ter resistido à sua situação no início das agressões, todavia, ela lutava sozinha, ou seja, ao que indica, ela não encontrava o apoio necessário para sair desse relacionamento abusivo.

Outro fator relevante destacado nesse trecho é a exigência do respeito, que se resume à inteira submissão feminina. Isso significa que não é permitido à mulher questionar as decisões masculinas¹⁵. Dessa forma, o que cabia à Açucena era unicamente silenciar-se diante do seu agressor. Essa situação se configura não apenas como violência física, mas também psicológica, como explica Saffioti (2004, p. 17): “trata-se de violência como rupturas de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual e integridade moral”.

Essa constante violência sofrida por Açucena a afetou ao ponto de ela desenvolver um estado avançado de depressão, pois, como destacado por Marcela Mendonça e Ana Ludemir (2017), a violência por parceiros íntimos pode acarretar problemas mentais como explicam:

Mulheres vítimas de VPI (Violência por Parceiros Íntimos) são mais propensas a apresentarem sintomas de TMC (Transtorno Mental Comum). Além disso, em uma revisão sistemática, foi relatada uma associação moderada ou forte entre VPI e depressão, sugerindo que mulheres vítimas de VPI possuem três vezes mais riscos de desenvolverem sintomas de depressão. (Mendonça; Ludemir, 2017, p. 6. Grifo nosso).¹⁶

Essa pesquisa feita pelas autoras demonstra como a violência conjugal pode afetar mentalmente a mulher, ou seja, a condição de Açucena que “enlouqueceu” após grandes surras, não é exclusividade do campo fictício do romance de Míriam Angelim. Infelizmente, a

¹⁵ Essa exigência do respeito que a mulher deve ao homem encontra fundamento nas imposições do sistema religioso judaico-cristão. Nele, enfatiza-se que o homem deve amar a esposa ao passo que ela deve ter profundo respeito pelo marido (Efésios 5: 33). Como a supremacia religiosa cristã é um dos nós históricos-estruturais que sustenta a colonialidade (Mignolo, 2017), esse ideal, que privilegia o homem, atendeu aos interesses de uma pequena elite hegemônica.

¹⁶ Esses dados, informados pelas autoras, foram coletados com base em uma pesquisa desenvolvida por elas, utilizando como *corpus* 390 mulheres cadastradas no Programa Saúde da Família, na cidade de Recife-PE. Durante a pesquisa, constatou-se que “a incidência dos transtornos mentais comum foi de 44,6% entre mulheres vítimas de violência nos últimos 12 meses e de 43,4% nas que relataram violência nos últimos sete anos” (Mendonça; Ludemir, 2017, p. 5).

violência física e suas consequências é um fato que se faz presente na vida de várias mulheres.

Dessa forma, tudo o que Açucena passou, isto é, a limitação do espaço de ir e vir, a delimitação de com quem ela deveria falar, as surras constantes e filhos tidos na situação de agressão, configura-se como violência extrema ao corpo dessa mulher. Para mais, o fato do marido de Açucena mantê-la em “prisão domiciliar para que os outros homens não a vissem” (Angelim, 2009, p. 25) teve grande impacto na saúde mental da personagem, porque

Como o ser humano é gregário, os efeitos do isolamento podem ser trágicos. Mesmo não se tratando de efeitos tangíveis, são passíveis de mensuração. Há escalas psíquicas e psicológicas destinadas a medir as probabilidades de vir a vítima a cometer suicídio, a praticar atos violentos contra outrem, considerando, aqui, até mesmo animais assassinados com crueldade. (Saffioti, 2004, p. 18).

Assim, evidencia-se que os efeitos da violência psicológica são tão destruidores quanto da violência física, além disso, Saffioti destaca como as vítimas desse tipo de agressão podem desenvolver problemas psíquicos e reproduzir atos de violência. Desta forma, podemos entender o porquê de, após a devolução a família de origem, Açucena não conseguir mais se adaptar a normalidade daquele lugar, já que, de acordo com a narradora, “de volta como estranha ela arma tumulto, brigas, alterações e finalmente consegue formar seu conceito de perturbada mental: a louca” (Angelim, 2009, p. 61). Em outras palavras, após anos de maus tratos, Açucena não consegue adaptar-se a sua família de origem e, por esse motivo, a não adequação dela resulta em constantes brigas com os outros familiares que atuam como seu terceiro patriarca/jardineiro.

A última figura patriarcal que Açucena teve contato foi o resultado de um processo de castração social ilustrada pela mãe e pelos irmãos, a qual delimita o comportamento que Açucena deveria manter diante da sociedade como mulher separada, uma vez que, mesmo o marido de Açucena tendo-a abandonado, é exigido dela a lealdade a esse homem, de acordo com os moldes cristãos. Além disso, nessa terceira fase da sua vida, evidencia-se o não lugar dessa personagem, pois ela não cumprira seu papel de mulher, isto é, casar e manter o casamento e, por isso, sua alma é coisificada e ela passa a ocupar “o espaço de ninguém” (Angelim, 2009, p. 15).

Com base nessas observações, algumas dúvidas pairaram após a leitura do romance: por que Açucena não conseguiu pôr um fim em seu relacionamento abusivo? Além disso, no decorrer da leitura evidenciou-se que Açucena falava do marido como alguém que não a fizera mal, assim, seria a ideia que “a mulher gosta de apanhar”, ou que “ela só se aquieta quando apanha”, uma máxima que se refletiu na vida de Açucena, sendo essa a razão para “ninguém

ter metido a colher” em sua situação? Haveria uma lógica que sustentaria o posicionamento submisso que Açucena demonstrava ao marido?

A partir desses questionamentos, o objetivo desta seção é analisar as consequências do patriarcado, sobretudo na marginalização e subalternização da personagem Açucena. Com essa finalidade, abordamos como os dispositivos amoroso e materno construíram a personalidade subjetiva de Açucena e, como essa personalidade se apresenta de acordo com a lógica patriarcal/colonial de poder. Nesse sentido, verificamos como as imposições da colonialidade de gênero acarretaram o esgotamento físico e mental da personagem Açucena ao ponto de esgotarem a sua sanidade mental. Para o desenvolvimento dessa proposta, focalizamos principalmente no relacionamento de Açucena com o marido e como essa relação afetou o psicológico dessa mulher.

Ressalta-se que, para que a marginalização feminina se concretize, um processo de castração é iniciado na vida da mulher desde a sua infância e que irá atuar na formação social e subjetiva dela. Desse modo, Zanello (2018) apresenta dois dispositivos utilizados no processo da construção subjetiva feminina: o dispositivo amoroso e o dispositivo materno. O primeiro está relacionado à sexualidade e identidade feminina, o qual é denominado pela autora de dispositivo amoroso. De acordo com Zanello (2018), ele promove a ideia de que a coisa mais importante que pode acontecer na vida de uma mulher é ela encontrar um homem disposto a querê-la (2018), ou seja, o casamento é fator motivador da vida feminina. Além disso, “o dispositivo amoroso investe e constrói corpos-em-mulher, prontos a se sacrificar e viver no esquecimento de si pelo amor de outrem” (Swain, 2006, p. 10).

Em *Açucena: a estranha dama*, essa imposição amorosa, isto é, a ideia que a felicidade feminina só é possível no casamento, permeou a vida da jovem Açucena. Inicialmente, isso se reflete na exigência do casamento feita pelo seu primeiro patriarca, porque, segundo a narradora, “o príncipe encantado, todos sabem, naquela época, era indispensável no pacote da felicidade assim como inquestionável era o casamento na vida de uma jovem” (Angelim, 2009, p. 24). Isto é, de acordo com os ideais propostos pela sociedade e que se refletiu na família de Açucena, não se separa casamento da felicidade feminina, pois só desta forma a mulher alcança sua completude. Logo, a vida feminina se resume na busca pelo seu príncipe, com o qual ela poderá viver eternamente em felicidade.

Em consequência do dispositivo amoroso, a feminilidade e o padrão de beleza feminino são entendidos apenas a partir da capacidade da mulher em atrair o sexo oposto, por esse motivo, Zanello utiliza a expressão “prateleira do amor” (2018, p. 79) para se referir à posição que as mulheres ocupam no “mercado” amoroso. A comparação feita pela autora é importante

por salientar o poder de escolha masculino e a necessidade da mulher se “exibir” para atrair o macho, como se fosse uma mercadoria em exposição. Para mais, assim como em uma prateleira literal, as “mercadorias” de maior “valor” estão em uma posição de maior destaque: a mulher branca, magra e burguesa possui mais visibilidade na prateleira do amor, por ser considerada de maior valor.

Dessa forma, visto que o papel feminino só é entendido a partir do seu relacionamento com o homem e sua capacidade em atraí-lo, esse dispositivo é fundamental na construção subjetiva feminina, haja visto que elas precisam reinventar-se para ocuparem melhores posições na prateleira do amor, como destaca Zanello:

O que está em xeque é a legitimidade da mulher como mulher, sua necessidade de ser “validada” pelo olhar desejante de um homem. A possibilidade de ser ou se sentir passível de ser escolhida. A beleza é aqui um atributo (a ser perseguido) que pode ser entendido como um sistema monetário e com valor de troca no mercado amoroso. (Zanello, 2018, p. 81).

Ser escolhida não é opcional; ao contrário, é sua legitimidade como mulher que está em jogo. De acordo com a lógica patriarcal/colonial, a mulher falha em seu papel se ela não conseguir o “príncipe” e, assim, torna-se “rainha de um lar”. Essa corrida amorosa permeia a construção subjetiva feminina durante todas as fases de sua vida. Levando-se em conta que a mulher velha, gorda, preta e pobre ocupa uma posição de menor prestígio na prateleira do amor, é essencial que elas se atentem à “urgência” de atrair o macho. Logo, quanto antes se casar melhor.

Na aparência física, Açucena era de “estatura alta, bem magra, cor branca, cabelos castanhos claros, lisos escorridos. Muito elegante em seus gestos leves e decididos” (Angelim, 2009, p. 23). Conforme destacado na fala da narradora, Açucena era uma mulher branca, o que conferia a ela uma melhor posição na prateleira do amor. No entanto, o fator idade é uma das preocupações do mercado amoroso; por esse motivo, ela é dada em casamento o quanto antes, com apenas 14 anos. Isso se tornou necessário, pois quanto mais velha é a mulher, menor é seu valor no “mercado amoroso”.

Visto que o status de beleza e feminilidade precisam ser validados pelo homem, a principal busca feminina deve ser essa validação masculina. Essa condição afeta a subjetividade e permeia a vida da mulher, tanto em sua relação com o homem como com outras mulheres, já que, conforme esse dispositivo, a “existência” da mulher depende de ela ser amada por um homem (Zanello, 2018). Dessa forma, a busca por amor/validação se torna fato motivador da felicidade feminina e, por isso, abnegar de seus desejos e sonhos é visto como uma qualidade

positiva nas mulheres.

A sociedade patriarcal, o dispositivo amoroso e a sua prateleira do amor enfatizam que o poder de escolha recai sobre o macho, o qual pode escolher as mulheres que estão em melhor posição na “prateleira”, enquanto as outras viram “ponta de estoque”. Todavia, toda a identidade feminina só é entendida a partir do fato dela ser ou não escolhida, ou seja, a lógica patriarcal não oferece plano B às mulheres que não ocupam uma posição de visibilidade no mercado amoroso. Por consequência, a liberdade feminina chega a ser uma farsa, de acordo com Tania Navarro Swain (2014):

Liberdade não apenas material, que hoje nos países ocidentais é assegurada pelas leis, mas a liberdade que supõe uma modificação estrutural da produção do sujeito “mulheres”, de seu próprio devir, transformador de seu meio social. Sujeitos de linguagem, de ação, de intervenção de si mesmas, eixo de criação de novas imagens e representações sociais do humano, estes são os caminhos da liberdade, pois não há liberdade fora de práticas de liberdade. (p. 36).

Essa definição de liberdade feita por Swain demonstra que a mulher não será inteiramente livre enquanto não for protagonista de sua própria vida. Isto é, enquanto homens continuarem validando corpos femininos, elas não terão real liberdade, uma vez que a imagem da mulher ideal, promovida pela sociedade patriarcal, afeta a subjetividade e a maneira como elas se veem. Por esse motivo, há um processo para modelá-las esteticamente, moralmente e sexualmente aos interesses masculinos presentes na lógica patriarcal/colonial.

Ademais, essa definição de Swain (2014) destaca que a liberdade feminina vai além dela possuir recursos financeiros ou leis que as “protegem”, pois se isso bastasse não veríamos, no Brasil, mulheres, mesmo amparadas pela Lei Maria da Penha, sofrerem agressões. Essa condição demonstra que a questão da violência é um problema estrutural da sociedade, haja vista que ela representa a figura feminina validada apenas pela masculina, sacrifícios são necessários para manter essa validação. Nesse sentido, a liberdade que Swain (2014) propõe envolve a desconstrução dos estereótipos machista/sexista que permeia a sociedade, incluindo sua maneira de representar o ser mulher.

Outro fator determinante na marginalização feminina é o fato de o dispositivo amoroso impor a necessidade de a mulher se manter escolhida por um homem, assim, é dela o papel de tolerante e abnegadora independentemente de como esse homem a trate (Zanello, 2018). Dessa forma, esse dispositivo atua na identidade feminina, incluindo na sua sexualidade, delimitando a atuação da mulher na sociedade de acordo com os interesses do homem que a escolheu e a tirou da prateleira do amor.

Esse aspecto do dispositivo amoroso afetou Açucena ao ponto de ela ignorar/silenciar as torturas infringidas a ela por parte do marido, já que, como destacado pela narradora, “Açucena falava sobre seu ex-marido como se fosse alguém que nunca lhe tivesse feito mal algum. Gostava de lembrar sua beleza física. Chamava-o Toím” (Angelim, 2009, p. 54). Nesse trecho, fica evidente como essa mulher teve a sua subjetividade moldada a partir do dispositivo amoroso ao ponto de ela ignorar as agressões do marido e a realidade imposta a ela, como descrito pela narradora,

Muito jovem, aos 14 anos, conhece seu prometido companheiro. Casar-se e vai viver bem longe de sua família de origem. Descobre que seu companheiro é uma farsa. Vive presa em casa. Gera filhos anualmente, mas leva surras, quase que diariamente. O fato de ser espancada e continuar gerando filhos com o espancador, efetivamente, caracteriza estupro. Vive a solidão a dois e depois dessa maratona de sacrifícios e torturas retorna a casa paterna “devolvida”, como um estorvo. (Angelim, 2009, p. 61).

Nesse relato feito pela narradora, observa-se que a vida de Açucena com o marido não foi o conto de fadas que ela construía mentalmente; ao contrário, essa mulher precisou lidar com constantes surras e estupros no interior do casamento. Podemos observar que Açucena sofreu violência extrema, não sendo dona do seu corpo, pois uma das formas de dominação exercida por Antônio é o estupro marital. Desse modo, salienta-se que, na sociedade patriarcal, prevaleceu a subjugação da mulher e um dos papéis atribuídos a elas pelo (cis)tema patriarcal é o de fornecer prazer ao homem (Saffioti, 2004). Em resultado disso, tornou-se comum o estupro marital como uma das violências intrafamiliares, pois, conforme observado pelo Ministério da Saúde, ele envolve “a imposição de manter relações sexuais no casamento. Devido a normas e costumes predominantes, a mulher é constrangida a manter relações sexuais como parte de suas obrigações como esposa” (Brasil, 2001, p. 19).

Na cultura patriarcal, a mulher é vista como uma das propriedades do homem e, conseqüentemente, era imposto às esposas satisfazer sexualmente seus maridos, independentemente de sua vontade (Santos, 2019). Dessa forma, a violência sexual marital “submete a mulher a uma degradação moral e física, bem como viola a dignidade da pessoa humana, da liberdade e da igualdade entre os sexos” (Santos, 2019, n.p.).

Com base nisso, observamos que Açucena teve sua humanidade negada pelo seu marido, pois a razão de ela ter construído o personagem Toím, que nunca a fizera mal, é, na verdade, o resultado das imposições coloniais de gênero. De acordo com a lógica patriarcal, esse homem violento e agressivo fez um imenso “favor” a essa mulher ao casar-se com ela. Além disso, a subjetividade feminina, construída a partir do dispositivo amoroso, promove a

ideia de que a mulher possui a capacidade de mudar o homem; assim, elas mantêm essa esperança à medida que se alimentam de migalhas de amor (Saffioti, 2004; Zanello, 2018). Essa condição explica o porquê de Açucena se concentrar em aspectos irrelevantes na vida conjugal, ao passo que se silencia diante da violência.

Para mais, o fato de Açucena gerar filhos com seu espancador enfatiza um “direito” construído socialmente e amparado na lógica colonial/patriarcal de poder, isto é, o livre acesso sexual masculino ao corpo da mulher (Zanello, 2018; Saffioti, 1987). Segundo essa lógica, a mulher precisa sempre estar disponível às necessidades sexuais do marido, seja elas quais forem, já que essa condição se faz necessária para a manutenção do casamento. Além disso, esse aspecto do dispositivo amoroso sustenta a ideia da passividade feminina em oposição à atividade masculina, ou seja, o homem necessita de sexo, sendo essa a grande “arma” feminina proposta pelo regime patriarcal.

Essa ideologia promovida pelo (cis)tema patriarcal legitimou a violência sexual contra o corpo feminino, já que ela dissemina a ideia da mulher sexualmente pura e passiva (Lugones, 2020), presente na colonialidade de gênero. Entretanto, a ideia da mulher sem sexualidade é apenas mais uma construção machista e sexista, porque tanto homens quanto mulheres necessitam e sentem prazer no sexo. Além disso, essa ideologia se torna perigosa por promover a ideia de que a principal função da mulher, na cama, é satisfazer o homem, independentemente de ela se satisfazer com isso. Essa condição afeta subjetivamente a mulher, haja vista que a impõe à necessidade de reinventar-se esteticamente e sexualmente para segurar o seu homem e, assim, cumprir o seu papel de mulher.

Com base nessa construção social que promove o direito do homem ao sexo, podemos entender a razão do marido de Açucena tê-la abandonado, pois, de acordo com a narradora, “a linda e alegre jovem agora é uma jovem mulher triste, feia, em estado depressivo. Cheia de mágoas e muito doente, sobretudo, emocionalmente. Por tudo isso, está sendo devolvida à sua família de origem” (Angelim, 2009, p. 25). Desta forma, evidencia-se que, quando a linda jovem de apenas 14 anos pariu quatro filhos, tornou-se feia, triste e, conseqüentemente, indesejável aos olhos do marido e passou a ser dispensável para esse homem, uma vez que não oferecia mais o prazer sexual, assim, ela foi trocada por amantes.

Depois de anos de maus tratos, Açucena é devolvida pelo marido, no entanto, essa devolução afetou negativamente o emocional desta mulher, já que, conforme Zanello (2018), o espaço “restrito à domesticidade, foi apresentado como uma forma de empoderamento colonizado às mulheres. Isso significa que, por ter corpo de ‘mulher’, as mulheres foram exaltadas como mães, as formadoras do ‘futuro da nação’” (2018, p. 42. Grifos da autora).

Para a lógica patriarcal, o empoderamento da mulher ocorre no casamento. É nessa ocasião que ela é enaltecida como “a rainha de um lar”, ou “a santa mãe”. Em vista disso, quando um homem aceita casar-se com uma mulher, ele contribui para o “enaltecimento” dessa mulher na sociedade aos olhos do (cis)tema patriarcal/colonial de gênero. A partir dessas observações, podemos entender por que de Açucena perder a sua identidade após o divórcio, conforme destacado no próximo trecho do romance.

Quando Açucena foi devolvida, mentalmente perturbada, sofrida desacreditada, desposuída, degradada em sua auto-estima, auto-respeito teve amputada sua dignidade pessoal e coisificada a sua alma.

Ao ser devolvida como louca, aquela jovem cheia de sonhos, que anteriormente partiu, deixa de existir. Deixar de ocupar o espaço que antes era somente dela no meio familiar. Para ela agora agora é reservado um outro espaço. O espaço de quem perdeu o sentido das coisas. (Angelim, 2009, p. 15).

Nesse fragmento, evidencia-se que, ao ser devolvida, Açucena é desacreditada como mulher. Mais do que isso, a sua dignidade humana lhe é tirada, pois a lógica patriarcal/colonial promove a ideia de que é a partir do relacionamento com o homem que a mulher alcança a plenitude do seu ser. Desta forma, o divórcio serviria como base para o “rebaixamento” de Açucena dentro da sua categoria de mulher; por conta disso, toda a sua personalidade é invisibilizada.

A partir desse falso ideal de empoderamento através do casamento, o dispositivo amoroso atua como um fator fundamental na formação subjetiva feminina e, além disso, o (cis)tema patriarcal promove a resignação feminina, isto é, “a aceitação do sofrimento enquanto destino da mulher” (Saffioti, 1987, p. 35). Logo, podemos entender o porquê da saúde mental de Açucena piorar após o divórcio, já que ela estava sendo devolvida como a mulher que fracassou em segurar o seu homem, deixando de ser validada como mulher.

Levando-se em conta que o papel feminino está diretamente ligado à figura masculina, podemos entender o motivo de Açucena ter lidado sozinha contra as opressões do marido, pois, como mulher, ela precisava se contentar no espaço cedido a ela, ou seja, “resignar-se” e “aceitar” a sua condição. Para mais, visto que o dispositivo amoroso foi imposto a essa mulher desde a sua infância, prevalece a ideia “ruim com ele, pior sem ele”, ou melhor, segundo a lógica patriarcal, vale o sofrimento desde que a mulher não esteja só.

Essa condição da mulher resignada e feliz por ter sido escolhida por um homem, explica a razão de Açucena falar do marido como alguém que não a fizera mal algum. Essa situação não condiz com sua realidade de vida, pois o que nos é apresentado no romance é uma mulher que sofreu de todas as formas possíveis nas garras do marido. Dessa forma, podemos observar

como o dispositivo amoroso afetou a subjetividade de Açucena. Além disso, mesmo após o divórcio, esse dispositivo continuou a permear o mundo imaginativo de Açucena, proporcionado pela loucura, como se observa no próximo fragmento do romance:

Algumas outras vezes ela ainda me mostrou um boi dizendo ser seu marido e para qual ela guardava e oferecia com muito carinho palmitos, diziam os familiares, ser o de melhor qualidade. Eu não gostava desses momentos e dessa conversa quando a gente passava a ser boi ou vaca, mas para ela fazia sentido. O que ela não conseguia na vida real, ela se permitia viver por meio do imaginário. Transformava o boi em seu marido e cuidava dele diariamente, amando e se sentindo amada. Ela cuidava, se mantinha ocupada e era feliz com um companheiro passivo e que se deixava cuidar. Seres invisíveis agora são companheiros, interagem, lhe contam fatos em longas conversas noturnas quando a solidão deve doer mais forte. O cérebro não sabe distinguir se o boi que a emociona é boi verdadeiro ou o próprio marido. Essa situação com certeza é aceita por ela como real e verdadeira, estimulando em si, confiança, felicidade e amor. (Angelim, 2009, p. 55-56).

Após o divórcio, a depressão de Açucena se intensifica. Todavia, ressalta-se que o fim do casamento não significa o fim do dispositivo amoroso, ou do (cis)tema patriarcal que o sustenta. Como destacado por Zanello (2018), a subjetividade feminina é construída socialmente relacionada com a necessidade amorosa e, por isso, esse dispositivo irá atuar durante toda a vida da mulher. Para satisfazer essa imposição subjetiva, Açucena recorre ao campo imaginativo, como se observa na narrativa, seres invisíveis e animais da fazenda vêm suprir a carência de afeto dessa mulher. Ou seja, o mundo paralelo criado pela loucura de Açucena não a motivou sair pelo mundo enfrentando moinhos de vento, à maneira de Dom Quixote, pois o subjetivo dela era construído para ser a dona de casa que ama e cuida do marido.

Ademais, como exemplificado nesse trecho, há, no romance, uma gradação da humanidade de Açucena. Por exemplo, inicialmente, ela nos é apresentada como uma linda e alegre flor. Nessa primeira fase, a narradora informa que Açucena é “alegre, inteligente e livre [...]”. É uma criança saudável e muito precoce para um lugarejo com rotina rude e pouca criatividade. Faz muitas perguntas, mas obtêm poucas respostas” (Angelim, 2009, p. 23). Essa fase abrange a infância da personagem até os 14 anos, quando ela é dada em casamento.

Posterior à fase humana, após o casamento, Açucena é animalizada, conforme se observa na descrição feita pela narradora: “clama por igualdade e insiste que quer sentir-se gente e ser feliz. Não quer sentir-se como um animal usado. Contudo, se vê acuada” (Angelim, 2009, p. 25). Nessa etapa da vida de Açucena, é tirado dela a dignidade humana. Ela ocupa a posição de um animal usado para determinados fins, no caso, o prazer sexual do marido e a geração de filhos. Quando tenta resistir ela é acuada “no chicote diário para aprender a respeitar

aquele homem” (Angelim, 2009, p. 25).

Por fim, na terceira fase da sua gradação, Açucena é objetificada e se torna um ser abjeto, fase consolidada com o retorno à sua família de origem. Nessa fase, a sua dignidade é amputada e sua alma coisificada (Angelim, 2009). Além disso, nessa última fase, há uma intercalação entre a animalização de Açucena e sua objetificação. Conforme observado no trecho citado anteriormente, a personagem adota um boi como marido, “para o qual ela guardava e oferecia com muito carinho palmitos que, diziam os familiares, ser o de melhor qualidade” (Angelim, 2009, p. 55-56). Desta forma, Açucena “assume” a posição de vaca, abandonando, assim, a sua humanidade.

Ademais, como o papel feminino na lógica patriarcal está diretamente ligado ao cuidado (Biroli, 2018), Açucena se satisfaz em cuidar do boi como se fosse o seu marido. Além disso, nessa relação da protagonista com o boi, observamos outra imposição do dispositivo amoroso: a mulher precisa ser abnegadora em um relacionamento (Zanello, 2018). Essa condição fica evidente, pois, como o boi desempenhava o papel de marido em seu campo imaginativo, Açucena dava a ele os melhores palmitos, porque era o melhor que ela tinha a oferecer. Isso demonstra que, mesmo após o divórcio, Açucena ainda estava marcada pelas imposições normativas do papel social da mulher.

O segundo dispositivo que atua na subjetivação feminina é o materno. Nele, é promovido que a completude da mulher se realiza com a maternidade, nesse sentido, temos a segunda função da mulher no regime patriarcal, reproduzir (Saffioti, 2004). Convém mencionar que esse dispositivo se intersecciona com o primeiro, já que é a função de esposa que legitimará a maternidade, já que o papel social da mãe só é entendido a partir do papel social da esposa (Oyèwùmí, 2020). Isso explica o porquê de Açucena, ao ser devolvida, embora ela queira os filhos, “o marido tem poder de decisão e fica com as crianças” (Angelim, 2009, p. 26). Sendo assim, esse homem agressivo, violento e, possivelmente, psicopata fica com a guarda das crianças.

O dispositivo materno atuou na santificação da maternidade e do cuidado, condição que relegou a mulher a um papel de domesticidade e sem visibilidade social. Dessa forma, Zanello destaca que esse dispositivo “recebeu uma ‘capa afetiva’, para transformar em ‘espontaneidade’ o que é fruto de um processo gendrado de subjetivação, ao qual a cultura presta sua grande contribuição” (2018, p. 128. Grifos da autora).

Para que o dispositivo materno se sustente, incluindo suas implicações de mulher maternal, cuidadora, santa, assexual etc., tecnologias de gênero foram utilizadas para a propagação e legitimação desse ideal. Essas tecnologias funcionaram como aparato da classe

dominante para impor, através de um processo de subjetivação, suas ideologias aos dominados; condição que contribuiu para a perpetuação do poder da elite hegemônica. Entre essas tecnologias, destacamos a religião e a mídia, haja vista que, conforme Zanello (2018), a primeira tecnologia contrapõe dois ideais de mulher: a curiosa, lasciva, obstinada e pecadora, representada pela figura de Eva; e a santa, casta, amorosa, maternal e dedicada a família, na figura de Maria. Essa tecnologia elevou a segunda figura feminina em detrimento da primeira, logo, ela foi estabelecida como o padrão perfeito de mulher, sendo este caminho o único aceitável.

Além disso, a ideologia cristã estabeleceu “uma linha divisória entre o lícito e o ilícito” nas relações sexuais (Foucault, 1999, p. 27) e, por isso, o sexo feminino ficou limitado para fins reprodutivos, sem necessariamente está vinculado ao prazer. A partir dessa construção social, tudo que é inadequado a esse padrão de normalidade deveria ser repreendido e punido (Foucault, 1987). Em consequência disso, a subjetividade feminina foi construída a partir desse padrão de perfeição e castidade que toda mulher deveria alcançar. O fato de o sexo feminino ser visto apenas para fins reprodutivo, explica o motivo de Açucena gerar filhos com seu espancador.

A segunda tecnologia de gênero que abordamos é a grande mídia promovida pela cultura de massa. Essa tecnologia atuou na perpetuação e propagação do dispositivo materno, sendo assim, filmes, séries, novelas, músicas etc., se apresentaram permeados do padrão “correto” de mulher, sempre em contraponto com a “inadequada”. A partir dessa tecnologia, promoveu-se a ideia de que todas as mulheres se satisfazem com a maternidade e essa seria a principal necessidade feminina, isto é, tornar-se mãe, cuidadora e protetora, cuja vida é devotada aos filhos (Zanello, 2018). Essas tecnologias se mostraram úteis para a formação subjetiva feminina, já que, a partir delas, construiu-se a mulher que seria feliz apenas ao encontrar seu “príncipe encantado” e gerar filhos a este “príncipe”, independentemente se depois ele virará um sapo.

Dessa forma, pensar a relação sociedade/subjetividade é essencial para entendermos gênero, porque mais do que uma questão biológica, o gênero é sociológico e, como fator social, ele é construído a partir da lógica dominante. De acordo com Lauretis,

Ao afirmar que a representação social de gênero afeta sua construção subjetiva e que, vice-versa, a representação subjetiva de gênero – ou sua autorrepresentação – afeta sua construção social, abre-se uma possibilidade de agenciamento e autodeterminação ao nível subjetivo e até individual das práticas micropolíticas cotidianas. (Lauretis, 2019, p. 131).

Isso significa que a maneira como o gênero é representado pela sociedade afeta a maneira que encaramos gênero, o que afeta como o representamos na sociedade. Ou seja, as figuras femininas representadas pelos (cis)temas religioso e midiático, isto é, casta, pacificadora, maternal etc., afeta a maneira como elas se veem mulheres. Nesse sentido, “a construção serial de subjetividades, como fruto de agenciamento capitalístico, obstaculiza os processos de singularização” (Saffioti; Almeida, 1995, p. 9). Sendo assim, práticas tidas como simples do dia a dia são exercidas a partir de um processo de subjetividade agenciada pela lógica dominante. Essa condição demonstra que gênero, incluindo suas implicações, não são unicamente da esfera privada.

O dispositivo materno não envolve apenas parir o filho, mas todas as implicações voltadas a maternidade, gerar, criar, cuidar, educar e proteger, mesmo que para isso a mulher precise renunciar a sua própria vontade, pois quando não atendidas essas implicações, o que prevalece é a culpa (Zanello, 2018). Isso significa que, quando não feita algumas dessas atividades da maternagem, a mulher falhou, por esse motivo o que resta é a culpa, pois a sua subjetividade é socialmente construída para atender a essa necessidade. No romance *Açucena: a estranha dama*, o dispositivo materno aparece de forma secundária, não sendo esse seu enfoque principal.

No entanto, quando Açucena é devolvida pelo marido, ela inicia seu contato com a sobrinha. Além disso, embora ela perca a guarda dos filhos, isso não significa que o dispositivo materno não tenha poder sobre essa mulher, pois é possível observar os impactos dele nas falas e atitudes da personagem.

Na narrativa, após anos de maus tratos, Açucena é devolvida pelo marido, no entanto, isso não significa que ela está livre, pois os dispositivos continuam a moldar a mente desta mulher. Essa condição é observada inicialmente na ocasião da devolução, uma vez que por ser mulher, Açucena não fica com a guarda dos filhos, conseqüentemente, o que resta a ela é a tristeza e o sentimento de culpa por estar longe dos filhos, pois como destacado pela narradora:

Desadaptada, Açucena está de novo no interior do Maranhão carregando no ventre mais uma criança e, provavelmente, a culpa de sentir-se imprestável. Vive o sentimento de perda de seus filhos. A preocupação de como estariam suas crianças indefesas com um brutamente que para se vingar de uma frágil mulher, assumiu crianças pequenas para colocar em casas de amantes. (Angelim, 2009, p. 26).

Nesse trecho, destaca-se o fato que, embora Açucena tenha sido obrigada a ficar longe dos filhos, como o dispositivo materno atua subjetivamente na formação da ideia da mãe como cuidadora, essa separação não foi vista como libertação e sim como mais uma forma de tortura

dessa mulher. Destarte, o sentimento que prevalece em Açucena é a culpa pela perda dos filhos. Isso significa que, esse dispositivo promove a ideia de que a mulher precisa colocar as necessidades dos filhos a frente das suas, isso fez com que Açucena tolerasse as constantes agressões com o objetivo de continuar ao lado da prole. Isso é relevante, porque uma das facetas do dispositivo é uma “maquiagem de “altruísmo” (Zanello, 2018, p. 131), ou seja, é aceitável que a mulher seja traída, agredida e abdique dos seus sonhos em prol de manter a família para o bem dos filhos.

Entrelaçado a necessidade de reprodução, o dispositivo materno impõe à mulher o cuidado da prole, pois ela teria uma predisposição biológica ao amor e ao cuidado. Pois, para a sustentação do (cis)tema capitalista, seria necessário um suprimento de mão de obra. Todavia, a responsabilidade pelo cuidado dessa mão de obra até ela entrar no mercado de trabalho recairia sobre a mulher. Em decorrência disso, não há uma equalização de forças de trabalho entre homens e mulheres, visto que elas teriam que trabalhar e cuidar da prole, situação que acarreta sobrecarga do trabalho feminino (Saffioti, 2019). Para mais, com a finalidade de legitimar essa estrutura social, invisibiliza-se o trabalho feminino de forma remunerada, enquanto enaltece o doméstico (Zanello, 2018). Sendo assim, toda essa condição contribui para a marginalização feminina.

Outra característica do dispositivo materno é o fato do amor e altruísmo não serem necessariamente recíprocos. O cuidado que a mãe disponibiliza para com o filho não significa que ela também o terá quando ela precisar. Isso é ainda mais marcante no relacionamento do filho com a mãe, pois a responsabilidade do cuidado com os pais idosos recai sobre a filha mulher; exatamente porque o cuidado é um dos desdobramentos do dispositivo materno (Biroli, 2018; Zanello, 2018). Essa condição explica o porquê de Açucena não ter contato com os filhos após o divórcio.

Na ocasião do velório desta mulher, a narradora informa que o único filho com quem ela tem contato é Maria, a criança que ela trouxe na barriga no momento da devolução. De acordo com a narradora, “ao seu lado direito [do caixão de Açucena] está sua filha Maria, a única dos cinco filhos que tem conhecimento do seu falecimento” (Angelim, 2009, p. 20. Grifo nosso). Quando Açucena morreu, a filha mais jovem já estava casada e era mãe de ao menos dois filhos; no entanto, seus irmãos mais velhos, e provavelmente maiores de idade, não demonstraram nenhum interesse em tentar entender o que ocorreu com a mãe.

Como o dispositivo materno é construído subjetivamente, após o divórcio, a sobrinha de Açucena ocupa o local de filho com quem ela poderia exercer a maternagem e o cuidado. Nessa época, essa personagem sem nome tinha entre quatro e oito anos e, assim como Açucena,

precisava lidar com a solidão, pois sua mãe e irmãos viajavam bastante, sendo assim, ela era deixada na Casa Grande, no interior de São Bento, aos cuidados da avó e da prima. Nesse período, Açucena já havia sido creditada como “a louca” do povoado, logo, ela se encontrava sem credibilidade ou respeito e foi em sua sobrinha que ela encontrou refúgio, conforme revelado na fala da narradora.

Ali, sem minha mãe e irmãos, sentia-me triste e solitária. Com frequência eu adoecia. As noites eram longas. Nas manhãs ao acordar eu ficava triste olhando para o nada. Açucena vinha e de forma delicada e cativante me convidava para juntas, buscarmos frutas e folhagens para a sua alimentação que aos poucos foi se transformando em minha também.

Conversando comigo, ela preparava as sopas, nas quais algumas vezes a vi colocando urtiga dentre as folhas trabalhadas. Quando a sopa ficava pronta sentávamos e sob a calorosa conversa ingeríamos a succulenta sopa cujo sabor nada lembro, mas recorro que eram momentos de agradável convivência, onde conseguia esquecer a solidão que me fazia mal e creio que ela também esquecia o lado triste de sua vida.

Eu tinha naquela época entre quatro e oito anos de idade, no máximo. (Angelim, 2009, p. 36).

Esse contato com a tia contribuiu para modelar os pensamentos e as ações da narradora, como destacado por ela, “hoje percebo Açucena como educadora. Ela trazia dentro de si a alma do educador, mas como lhe faltava crédito e público, buscava em mim esse educando ávido em ouvir. Ela conversava sobre o que acreditava, sabia e podia” (Angelim, 2009, p. 40). Assim, a necessidade de cuidar, construída subjetivamente pelo dispositivo materno, se satisfaz no relacionamento de Açucena com a sobrinha, já que ela forneceu a essa personagem amor, proteção, cuidado e ensinamentos, ou seja, ela ocupa a figura da mãe, exercendo uma maternagem terceirizada.

Essa breve leitura dos dispositivos mostrou-se necessária, pois ambos, o amoroso e o materno, são fundamentais para se entender e identificar o ser mulher, bem como entendermos a construção subjetiva feminina. Esses dispositivos são inculcados na cabeça dos sujeitos desde a sua infância em um processo que chamamos de castração/podagem, condição que demonstra que, no regime patriarcal, a mulher tem a sua identidade limitada a sua relação com o homem. Ao pensarmos nessa condição, podemos compreender o motivo de Açucena ter tolerado surras diariamente, logo, a partir desses pontos, analisamos os impactos das violências suportadas pela protagonista do romance e como isso afetou a sua sanidade mental.

2. 1 Na conta da loucura

Nos momentos iniciais desta seção, debatemos a existência de dois dispositivos que

atuam na formação subjetiva feminina: o amoroso e o materno. Dessa forma, questiona-se: o que ocorreria com a mulher caso não conseguisse ficar à “altura” desses dispositivos? Para responder a essa pergunta, analisamos os impactos da imposição do (cis)tema-mundo moderno/colonial para Açucena, contrapondo os conceitos de normalidade e anormalidade.

Destarte, ressalta-se que, de acordo com João Frayze Pereira (1984), “loucura como ‘doença mental’, conforme a expressão médica, é ser rebelde a uma condição positiva” (p. 20. Grifo do autor). Em outras palavras, se há uma rebeldia, há um padrão de normalidade a ser seguido. Além disso, no decorrer da história, a maneira de ver a loucura sofreu alterações; pois ela já foi vista como algo sagrado, na Grécia Antiga, ou algo demoníaco, na Idade Média (Moura *et al.*, 2019).

Essa condição demonstra que o conceito de loucura depende da sociedade e do momento histórico em que nos referimos, no entanto, a partir do final do século XVIII, prevaleceu o método de lidar com o louco através do enclausuramento. Dessa forma, a partir desse período, dois objetivos foram estabelecidos no tratamento do louco: a busca pela “cura” através de vigilância e punição, com o objetivo de disciplinar a mente rebelde; e, o isolamento social do louco. Isso significa que, nesse contexto e a partir dele, a identidade do louco desapareceu e ele passou a ser visto como alguém que devia ser ignorado ou disciplinado, além disso, prevaleceu a ideia de que a loucura era perigosa (Amarante, 2007). Entretanto, ao analisar as mudanças jurídicas na maneira de ver o louco, Michel Foucault (2001) questiona o que estaria errado nas ações do doente mental, uma vez que, segundo ele,

Essas séries de noções têm por função deslocar o nível de realidade da infração, pois o que essas condutas infringem não é a lei, porque nenhuma lei impede ninguém de ser desequilibrado afetivamente, nenhuma lei impede ninguém de ter distúrbios emocionais, nenhuma lei impede ninguém de ter orgulho pervertido, e não há medidas legais para o erostratismo. Mas, se não é a lei que essas condutas infringem, é o quê? Aquilo contra o que elas aparecem, aquilo em relação ao que elas aparecem, é um nível de desenvolvimento ótimo: “imaturidade psicológica”, “personalidade pouco estruturada”, “profundo desequilíbrio”. É igualmente um critério de realidade: “má interpretação do real”. São qualificações morais, isto é, a modéstia, a fidelidade. São também regras éticas. (Foucault, 2001, p. 20. Grifos do autor).

Conforme observado por Foucault (2001), a clausura e condenação do louco não se devem a questões de segurança ou à infração da lei propriamente dita. No entanto, o louco apresentava perigo às estruturas éticas, morais e sociais que sustentavam uma comunidade. Assim, mascarado como uma forma de cuidado, “os anormais” eram encarcerados. Independentemente do objetivo da clausura, a partir desse período, o louco foi considerado inapto para a vida em sociedade, uma vez que não agia de acordo com a normalidade imposta.

Devido as mudanças que prevaleceram no decorrer da história para definir normalidade e anormalidade, Paulo Dalgalarrodo (2019) fornece oito critérios utilizados para definir o ser normal, sendo eles: a normalidade como ausência de doença, a ideal, a estatística, a de bem-estar, a funcional, a subjetiva, como processo e como liberdade. No entanto, independentemente do critério utilizado, normal e anormal sempre são contrapontos avaliados a partir de um espaço, tempo, sociedade e valores.

À vista disso, qual seria a normalidade imposta socialmente à Açucena e como isso afetou o seu psicológico? No romance *Açucena: a estranha dama*, prevaleceu-se a normalidade ideal, isto é, uma normalidade “utópica”, que estabelece arbitrariamente uma norma ideal, sendo ela definida a partir de “critérios socioculturais e ideológico arbitrários e, às vezes, dogmáticos e doutrinários” (Dalgalarrodo, 2019, p. 45).

Mediante esse conceito de normalidade, no decorrer da narrativa, observamos a existência de um processo de podagem da personagem no que se refere ao seu pensamento e maneira de agir, que esteve presente durante toda a sua vida através dos dispositivos amoroso e materno. Isso significa que, durante toda a vida de Açucena, ela foi preparada apenas para ser mãe e esposa, sem direito ao estudo, cultura, lazer, trabalho etc., pois essas coisas não seriam necessárias na vida que a aguardava e essa era a normalidade para aquela sociedade.

Ademais, foi imposto a essa mulher o casamento como o único caminho aceitável, “o príncipe encantado [...], era indispensável no pacote da felicidade assim como inquestionável era o casamento na vida de uma jovem” (Angelim, 2009, p. 24). Em consequência disso,

Essa conturbada pela qual passou e viveu essa triste mulher, sustentada na fantasia, e na ilusão. Os sonhos se transformaram em pesadelos, o príncipe encantado se transformou em tenebroso sapo e não veio alguém que lhe trouxesse a carta de alforria daquela vida sem perspectiva. (Angelim, 2009, p. 59).

Como era imposto à realidade feminina o casamento e a família, Açucena é mantida em um relacionamento abusivo. Sendo assim, o “príncipe encantado” assume a posição de “sapo” asqueroso e repulsivo. A realidade feminina vinculada ao casamento não era exclusividade da família de Açucena, porque, como demonstrado no texto, a imposição do casamento era uma imposição social da época. Desta forma, evidencia-se o porquê de ninguém trazer a carta de alforria dessa mulher, pois ela estava exatamente no local reservado para ela.

Essa condição demonstra um padrão do que seria uma mulher “normal”, a qual seria mãe, esposa e dona de casa. Assim, o conceito de normalidade e anormalidade depende do observador e, com base nisso, fica o questionamento de quem define o significado de

normalidade. Como observamos, os dispositivos que atuam na subjetividade feminina atendem os interesses de uma elite, pois eles legitimam dominação e marginalização de corpos.

A tradição ocidental euro-estadunidense-cristã é quem estabelece o padrão do normal; já que ela atua no controle das subjetividades através das imposições colonialistas da colonialidade do poder (Quijano, 2005). Nessa estrutura, as sociedades ocidentalistas tendem a privilegiar os modelos de sujeitos impostos pela Matriz Colonial de Poder. Sendo assim, a mídia, a religião, a família, a escola etc., promovem o padrão de normalidade de acordo com a cultura dominante. Não é por acaso que a psiquiatria ganha maior destaque nos séculos XVIII e XIX, período de consolidação do capitalismo (Amarante, 2007).

O conceito de anormal foi utilizado para legitimar a disciplinação das mentes rebelde/desregradas (Zanello, 2018; Amarante, 2007). Além disso, visto ser essa elite quem dita as regras da sociedade, o padrão de normalidade perpassa por toda esfera social. Logo, a narradora do romance destaca que,

Naquele lugar, normalidade e ser normal era viver aquela rotina insossa. Aprendi cedo que anormal é quem difere do grupo de convívio. Ela era diferente em ideias, atitudes, fantasias, criatividade e comportamento. Ela era uma atriz e fazia daquele casarão o seu grande palco. (Angelim, 2009, p. 60).

Em vista disso, para a família de Açucena, ela é creditada como “a louca” por não conseguir mais adequar-se às normas impostas pela família após o divórcio. Como destacado por Pereira, o julgamento “pressupõe implicitamente que as ideias, conceitos ou crenças do paciente são comparadas com as do observador e da sociedade em que ambos vivem” (Pereira, 1984, p. 23). Isso significa que o conceito de “anormalidade” está diretamente ligado à “normalidade” que o seu observador diz possuir. Assim, o fato de Açucena ser diferente das pessoas daquela comunidade fazia dela a louca do povoado. Além disso, a falta de conhecimento e indiferença por parte das pessoas da comunidade em que essa jovem estava inserida, dificultava ainda mais o seu quadro mental; que, como destacado pela narradora, “em certas ocasiões ela era desrespeitada e humilhada. Então reagia. Tudo se agravava quando a chamavam de “louca”” (Angelim, 2009, p. 48. Grifo do autor).

Com base no fato de que o conceito de anormalidade depende do observador e do que é considerado “normal” pela sociedade, podemos entender o motivo pelo qual a sobrinha de Açucena, durante a infância, não considerava a tia como louca. Isso é relevante, pois, para essa criança, não havia diferença entre a sanidade demonstrada por Açucena e a dos demais; já que o foco da sobrinha estava no bem-estar que a tia lhe proporcionava.

No entanto, como o conceito de normalidade e anormalidade é socialmente construído, na adolescência, a sobrinha de Açucena muda o posicionamento que ela tinha em relação à tia. Nessa fase da vida, ela se une ao grupo para desprezar Açucena. Esse posicionamento só ocorre após ela ser julgada pelas irmãs mais velhas, quando elas percebem que a jovem passava tempo demais com a “louca” da família. Desse modo, a partir do momento em que a narradora é julgada por estar na companhia de Açucena, ela se afasta para poder adequar-se ao grupo; ou seja, é o conceito social que determina até que ponto Açucena é louca, cabendo à sobrinha aceitar essa decisão. Essa condição é evidenciada no próximo trecho do romance.

Surpresas com tudo o que viam, eu e a minha tia, que consideravam louca, estando muito harmonizadas, alertaram-me com severidade sobre a “loucura” daquela mulher. Perplexas com aquela amizade que diziam “sem o menor propósito”, me indagaram se eu queria ficar tão maluca quanto Açucena, com aquela convivência. (Angelim, 2009, p. 56).

Nessa ocasião, as irmãs da narradora, que estudavam em São Luís, foram passar férias no povoado; e, nesse trecho, destaca-se a reação dessas personagens ao verem a irmã mais jovem com uma amizade sem “propósito” com a “louca” da família. Para afastar a menina do contato com a tia, elas afirmam que aquela convivência a tornaria tão maluca quanto Açucena. Como resultado, a sobrinha de Açucena decide não ter mais contato com a tia. Essa condição demonstra como o preconceito relacionado à loucura excluiu e isolou essa mulher, que tinha como marca de vida o sofrimento e abandono.

Além disso, o posicionamento das demais sobrinhas de Açucena revela como o conceito de anormalidade está “repleto de valores, com conotações política e filosófica” (Dalgalarondo, 2019, p. 42). Como se observa, de acordo com as irmãs da narradora, uma amizade deveria ter algum objetivo, ou de certa forma trazer vantagens, nesse sentido, a personagem Açucena não estava apta para ensinar, educar ou proteger. Logo, ela era desqualificada na condição de humana, por esse motivo, essa amizade precisaria ser interrompida; não importa quão bem isso fazia a irmã.

Após ser devolvida, Açucena não volta a ocupar o lugar que ela tinha na família antes do casamento, pois, embora ela tenha sido aceita de volta, ela só ganhou o direito de um canto para dormir e a comida para alimentar-se. Logo, ela não participava das decisões familiares, porque “teve amputada sua dignidade pessoal e coisificada a sua alma” (Angelim, 2009, p. 15). Assim, a narradora destaca o não lugar da personagem, por afirmar que

Açucena era carente, solitária, solidária e muito sensível. Sua história de vida se

caracteriza pelo abandono, indiferença e inadequação familiar. Tornou-se um ser humano desrespeitado. [...].
 Depressão era sinônimo de loucura. Não havia remédio, tampouco, compreensão ou entendimento sobre a ansiedade, a solidão e outros similares, naquele lugarejo. (Angelim, 2009, p. 48).

Como demonstra a citação, após o divórcio e a separação do convívio com os filhos, Açucena entra em depressão, acarretada pelo sofrimento psíquico da personagem e a violência prolongada a qual ela foi exposta. Além disso, como ela havia fracassado em seu papel de mulher, ela é desrespeitada e tratada com indiferença pela família; ou seja, o fato de Açucena não ter “conseguido” trilhar o caminho imposto a ela, o crédito de pessoa normal lhe é retirado. Ademais, as constantes agressões, o cárcere privado, o estupro e a retirada dos filhos fazem com que essa mulher desenvolva depressão, doença que os familiares associam à loucura. Nesse sentido, constata-se que loucura depende do seu observador e diagnosticador (Pereira, 1984).

O conceito de “louca” é utilizado para coisificar a alma de Açucena, situação que legitima o silenciamento da família diante do sofrimento antecedente da jovem e, conseqüentemente, da depressão resultante. Nesse sentido é relevante salientar que

Questões complexas de ordem existencial – aprendizagem, adoecimento, luto etc. – necessitam ser compreendidas a partir de sua complexidade, o que necessariamente inclui os aspectos relacionais humanos, as condições sociais, culturais, econômicas, políticas, espirituais e o biológico. (Santos; Moreira, 2023, p. 3).

Isso significa que, questões do campo psíquico não estão ligadas unicamente a termos biológicos; ao contrário, questões de caráter social se fazem presentes no adoecimento mental das pessoas. Desta forma, a perda da sanidade mental de Açucena não se deve a uma pré-disposição genética da personagem, já que a condição dela é resultado de anos de maus tratos. No lugarejo que esta mulher morava “depressão era sinônimo de loucura”, pois “não havia compreensão ou entendimento sobre a ansiedade, a solidão e outros similares” (Angelim, 2009, p. 48).

Nesse sentido, destaca-se o fato de ter sido cômodo para a família de Açucena adotar a loucura como o único termo que define essa mulher, haja vista que, no decorrer do romance, os familiares não apresentam interesse em descobrir o que ocorreu com ela. Por isso não há uma busca para resgatar a personalidade de Açucena anterior ao casamento. Para mais, os familiares agem como se a culpa pelo fim do casamento fosse de Açucena e de sua loucura, pois, quando outro rapaz se interessa por ela, a preocupação que paira sobre a casa é como seria comportamento desta mulher em um segundo relacionamento. Isto é, devido a esse posicionamento, o seu último patriarca/jardineiro a impede de casar-se novamente. Mediante

tudo o que ocorreu com essa mulher,

Açucena guarda dentro de si a criança que foi, a adolescente que já não é, e convive com esse adulto que não foi preparado para receber seu troféu de pessoa madura com emoções em temperatura amena, idealizada pela sociedade dita normal” (Angelim, 2009, p. 49).

Nesse contexto, observa-se como essa mulher, que teve a sua dignidade amputada, não “conseguiu” estar à altura dos padrões de normalidade impostas pela sociedade e, no fim das contas, ela ganha a identidade de “louca”. Com essa identidade, a sociedade apaga todo o sofrimento que ela viveu.

3 QUEM RESISTIU? AS AÇÕES DECOLONIAIS PRESENTES NO ROMANCE *AÇUCENA: A ESTRANHA DAMA*

A colonização das Américas marcou a reconfiguração mundial, pois, a partir desse período, estabeleceu-se a colonialidade do poder, o eurocentrismo e o capitalismo como padrões de dominação mundial (Quijano, 2005). Essa dominação afetou os meios de produção capitalista, a produção do conhecimento e a dominação do ser. A partir dela, o colonizador/dominador é apresentado como o ser “civilizado” e detentor de todo o conhecimento, sendo assim ele é promovido como o “salvador” dos demais povos. Desta forma, “a colonialidade pode ser entendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais” (Maldonado-Torres, 2018, p. 40). Além disso, visto ser esse dominador euro-estadunidense o padrão de “perfeição”, é exigido que todos o respeitem e o imitem.

Com base nisso, podemos entender que a colonialidade não é o mesmo que a colonização, pois suas formas de dominação transcenderam o período colonial, além disso, ela é essencial ao conceito de modernidade imposto pela lógica euro-estadunidense (Mignolo, 2017). Isto é, o conceito de que o bloco euro-estadunidense é altamente civilizado/evoluído e, por esse motivo, possui o direito de estabelecer um imperialismo que massacra as demais civilizações.

A configuração ocidental moderna estabelece a diferença colonial, a qual vai além da divisão mundial em centro e periferia, já que ela “é o espaço onde emerge a colonialidade do poder” (Mignolo, 2020, p. 10). Destarte, a colonialidade do poder se faz presente em todo o contexto mundial, ou seja, as histórias globais impostas pela elite ocidentalista são incorporadas/impostas em contextos locais. Sendo assim, “a diferença colonial no/do mundo colonial/moderno é também o lugar onde se articulou o ocidentalismo, como imaginário dominante do mundo colonial/moderno” (Mignolo, 2020, p. 10).

A partir dessas informações, evidencia-se que a decolonialidade é um esforço para ressignificar as narrativas “salvadoras” disseminadas pela lógica dominante presente na colonialidade. Além disso, de acordo com Maldonado-Torres,

Decolonialidade como um conceito oferece dois lembretes chave: primeiro, mantém-se a colonização e suas várias dimensões claras no horizonte de luta; segundo, serve como uma constante lembrança de que a lógica e os legados do colonialismo podem continuar existindo mesmo depois do fim da colonização formal e da conquista da independência econômica e política. (2018, p. 31).

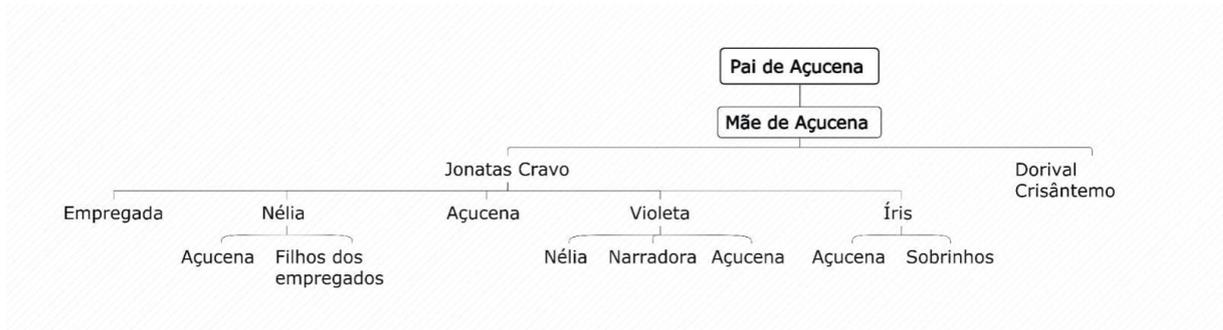
Nesse sentido, a decolonialidade fornece os meios para que a colonização e seus efeitos não fiquem restritos às narrativas de um passado distante, pois os preconceitos raciais/étnicos, sexuais, religiosos e intelectuais são frutos desse período e ainda se fazem presentes na atualidade. Para que o (cis)tema de dominação capitalista euro-estadunidense se sustente, uma estrutura de poder foi amplamente imposta pelo dominador. Essa estrutura atuou como nós históricos-estruturais de dominação, sendo eles: a classificação racial/étnica, uma hierarquia de gênero, um padrão cisheteronormativo, uma hierarquia religiosa que privilegia a religião cristã e a exploração capitalista/elitista dos povos subalternizados (Mignolo, 2017). Assim, “o pensamento e a ação descoloniais começam pela analítica dos níveis e dos âmbitos que poderá ser eficaz no processo da descolonização e libertação da matriz colonial” (Mignolo, 2017, p. 10).

Desta forma, pensar e agir decolonialmente envolve desvendar como a matriz colonial do poder funciona com o intuito de superar suas imposições normativas. De acordo com Mignolo, “a opção descolonial é o projeto inexorável de tirar todos da miragem da modernidade e da armadilha da colonialidade” (2017, p. 10). Com base nisso, entende-se que a decolonialidade promove que o conceito de modernidade imposto pela lógica euro-estadunidense não é a única opção a ser seguida. Em vez disso, a estrutura mundial presente na atualidade apenas fortalece a classe elitista e massacra as demais populações do planeta.

Visando à importância do pensar e agir decolonialmente, nesta seção, analisamos as ações descoloniais da narradora-personagem tomando a família de Açucena como um microcosmo de dominação baseado em uma realidade mais ampla. Com esse objetivo, verificamos como as experiências compartilhadas contribuíram para que a sobrinha de Açucena adotasse um posicionamento decolonial, dentro da sua realidade familiar.

3. 1 O microcosmo de Açucena

A família de Açucena apresenta uma estrutura hierárquica patriarcal e cisheteronormativa; isso significa que essa rede de parentesco na narrativa é um microcosmo de uma realidade maior presente no (cis)tema patriarcal/colonial de gênero. Como mencionado pela narradora, os membros do “jardim” familiar “em algumas situações em nome de seus supremos valores, sufocam, alienam ou se omitem”; além disso, “há quem se considere proprietário do jardim” (Angelim, 2009, p. 14). Dessa forma, fica evidente que as relações familiares no romance são marcadas por uma rede de dominação, conforme apresentado no esquema abaixo:

Figura 1 – Estrutura hierárquica da família de Açucena

Fonte: Criação da autora¹⁷.

Conforme apresentado pelo esquema acima, a família de Açucena é centrada em uma figura patriarcal que exerce domínio sobre todos os outros, nesse contexto, o pai é a autoridade máxima. Além disso, todos os filhos possuem nomes de plantas, indicando, assim, que foram podados por esse jardineiro para desempenharem seu papel na família. Essa condição demonstra que o processo de podagem dos corpos não é desempenhado apenas nas personagens femininas, mas também nos personagens masculinos que pertencem ao jardim. Isso é importante, haja vista que no (cis)tema patriarcal “o macho é considerado o provedor das necessidades da família” e “não lhe é permitido fracassar” (Saffioti, 1987, p. 24). Ou seja, é imposto ao homem uma castração através do dispositivo da eficácia (Zanello, 2018).

Esse processo de podagem dos papéis feminino e masculino é essencial para a sustentação de uma classe dominante, porque, conforme Saffioti, “o poder do macho no seio das classes trabalhadoras representa uma vitória da classe patronal e não uma conquista do trabalhador” (Saffioti, 1987, p. 23). Dessa forma, a dominação masculina é apenas mais um dos vieses que sustentam a matriz colonial de poder, já que ela impossibilita uma união efetiva da classe trabalhadora.

Como o conceito do macho dominador é essencial ao capitalismo, é de se esperar que, assim como as personagens femininas, os personagens masculinos passassem por um processo de podagem que afetasse sua subjetividade. Assim, no romance de Míriam Angelim, o pai foi o responsável por podar tanto a mentalidade das meninas quanto dos meninos e, por esse motivo, ele é a figura central da lógica patriarcal/colonial presente no microcosmo de Açucena.

No (cis)tema hierárquico de dominação presente na família de origem de Açucena, observa-se que, abaixo da figura do pai, encontra-se a mãe. Essa personagem tem como

¹⁷ Esquema familiar hierárquico desenvolvido pela autora da pesquisa para ilustrar os níveis de dominação familiar presentes no romance *Açucena: a estranha dama*, de Míriam Angelim.

principal função gerar filhos e apoiar o marido no processo de podagem da prole. O apoio dado por essa personagem ao marido é tão marcante que, mesmo após a morte dele, a família continua a funcionar dentro do modelo patriarcal. Essa condição deixa evidente que “o inimigo da mulher não é propriamente o homem, mas a organização social de gênero cotidianamente alimentada não apenas por homens, mas também por mulheres” (Saffioti; Almeida, 1995, n. p.). Essa organização social de gênero é uma estrutura de dominação que contribui para legitimar a hierarquia branca/burguesa/patriarcal/colonial/moderna (Lugones, 2020). Com essa finalidade, o (cis)tema patriarcal/colonial atua na formação subjetiva dos sujeitos e, conseqüentemente, na maneira como entendemos gênero (Lauretis, 2019).

Seguindo a rede de dominação hierárquica presente na família de Açucena, encontram-se os dois filhos homens: Jonatas Cravo e Dorival Crisântemo. O personagem Dorival Crisântemo não é desenvolvido de forma detalhada na obra, e sua ausência nas tramas da narrativa evidencia um afastamento, tanto das responsabilidades familiares quanto dos acontecimentos domésticos. Além disso, o crisântemo, planta associada ao seu nome, simboliza simplicidade, reforçando a ideia de que Dorival tem uma participação mínima no complexo (cis)tema hierárquico de dominação.

No romance, o silenciamento de Dorival Crisântemo diante da rede hierárquica de poder em sua família torna-se evidente. Como exemplo, a narradora afirma: “naquela família, apenas minha avó e minha mãe exigiam respeito à Açucena” (Angelim, 2009, p. 35). Isso demonstra que Dorival, assim como os demais membros da família, opta por ignorar os maus-tratos sofridos por Açucena. Essa postura contribui para a perpetuação do (cis)tema de dominação ao longo das gerações. Além disso, tudo indica que Dorival não residia na Casa Grande, o que explica a escassez de informações sobre ele fornecidas pela narradora.

No caso de Jonatas Cravo, a dominação/subalternização exercida por ele é digna de atenção, pois ela se consolidou a partir de dois vieses, isto é, com os empregados da casa e com as irmãs Íris, Açucena e Violeta. Essa condição ressalta que esse personagem possui uma maior concentração de poder quando comparado com os irmãos. Não é em vão que sua planta é o cravo, pois o seu significado está vinculado à boa sorte e dom de atrair vitórias. Para analisar a maneira como esse personagem exerce seu poder, focalizamo-nos em duas situações: em relação aos funcionários e em relação às irmãs, sobretudo, Açucena.

Na primeira situação de dominação, Jonatas Cravo vai além da relação patrão-empregado ao manter uma relação sexual com a empregada doméstica da casa e, a partir dessa relação/subjugação, ele tem a filha Nélia. Após esse relacionamento, o personagem casa-se com outra mulher, e a empregada da casa precisa ir embora, deixando a criança sob a tutela da mãe

de Açucena. A outra situação em que Jonatas Cravo exerce seu poder é quando, após o divórcio, Açucena encontra um novo amor; no entanto, a preocupação de como Açucena e a família seriam vistas pela sociedade o motiva a impossibilitar que a irmã mantenha esse relacionamento.

Abaixo de Jonatas Cravo, outra personagem digna de atenção é Nélia, a filha do irmão de Açucena com a empregada. Essa jovem, embora criada pela avó paterna, não possui os mesmos direitos na Casa Grande que os outros jovens possuem. A título de exemplo, está o fato de ela não ser mencionada no romance frequentando a escola, como os demais primos que eram levados para estudar na capital, São Luís. Além disso, quando Violeta, irmã de Açucena, está ausente, Nélia assume o cuidado da casa, porque nesse período a avó da personagem já estava cega, assim, a mãe de Açucena não participava mais dos afazeres domésticos.

No romance, Nélia é descrita como tendo uma atitude extremamente agressiva em relação à Açucena, a tia “louca”, aos animais domésticos e às outras crianças, incluindo os filhos dos empregados da fazenda. No esquema apresentado na figura 1, fica evidente que Açucena é dominada por todos, incluindo a sobrinha Nélia. Para ilustrar essa atitude da personagem, realizamos um recorte de uma das falas da narradora, na qual descreve a agressividade com que Nélia tratava Açucena:

Foi uma cena que, aturdida, presenciei e me chocou. Considerei selvagem aquela atitude de Nélia. Ela, cheia de saúde em sua viçosa adolescência, discutia e depreciava Açucena que reagia com palavras e gestos alterados. Nélia derrubou no chão aquela frágil mulher e segurou pelo pescoço, prendeu-o como se fosse estrangulá-la. (Angelim, 2009, p. 32).

Nessa ocasião, destaca-se o fato de Nélia tomar essa atitude violenta quando Açucena se recusou a obedecê-la. Por conseguinte, a jovem utiliza o único meio conhecido por ela para impor sua decisão, isto é, a depreciação e a agressão. Mediante isso, destaca-se não um oprimido que deseja romper o ciclo de opressão, mas alguém que se adapta à realidade em que está inserida ao ponto de tornar-se o opressor. Logo, destacamos a fala de Paulo Freire (1987) ao afirmar haver “em certo momento da experiência existencial do oprimido, uma irresistível atração pelo opressor. Pelos seus padrões. Participar destes padrões constitui uma incontida aspiração. Na sua alienação querem, a todo custo, parecer com o opressor. Imitá-lo. Segui-lo” (1987, p. 68).

Além dessa situação com a tia, em outra ocasião, Nélia utilizou a violência para “disciplinar” um dos filhos dos empregados, como destacado pela narradora: “Certa vez um jovem criado na Casa Grande, filho de um dos vaqueiros, não a obedecendo, ela o surrou com

chicote de montaria. Apesar dos suplicantes apelos da criançada, nada a fez desistir” (Angelim, 2009, p. 35). Desta forma, Nélia agride o filho do vaqueiro por considerá-lo alguém que lhe deve obediência. Isso é relevante, uma vez que, segundo Freire,

Esta violência, como um processo, passa de geração a geração de opressores, que vão fazendo legatários dela e formando-se no seu clima geral. Este clima cria nos opressores uma consciência fortemente possessiva. Possessiva do mundo e dos homens. Fora da posse direta, concreta, material, do mundo e dos homens, os opressores não se podem entender a si mesmos. (1987, p. 62 – 63).

A partir dessa citação de Freire, podemos entender a atitude agressiva e opressora de Nélia, porque foi isso que ela aprendeu de sua família e é apenas essa atitude que ela consegue repassar. Além disso, fora da ideia de opressão/posse, não é possível para a personagem entender a si mesma, já que é nesse momento que ela age como membro do grupo/jardim, isto é, quando ela subjuga o mais fraco e impõe suas decisões.

A atitude agressiva de Nélia revela o papel dessa personagem nesse microcosmo de dominação colonial/patriarcal presente na família de Açucena, pois evidencia-se um dominado que, para sua sobrevivência, adéqua-se ao modelo opressor em que está inserido. A narradora deixa essa condição clara quando menciona que “de forma instintiva, Nélia sabia o valor que a comida tem sobre as pessoas, principalmente o comer juntos” (Angelim, 2009, p. 34). Isso evidencia que, em sua realidade, Nélia adotou o estilo de vida dos seus dominadores, exercendo uma opressão horizontal, porque no (cis)tema de dominação ocidental, “são os membros de grupos oprimidos e coisificados que devem se esforçar para conciliar a realidade de sua vida e a consciência de seu opressor [...] chegando a adotá-las certas vezes para ter alguma ilusão de proteção” (Lorde, 2019, p. 239).

É importante ressaltar que essa atitude de Nélia era cometida com o aval de Jonatas Cravo, que sempre que alguém tentava repreendê-la, ele a defendia, afirmando que “Nélia não era defunto sem choro” (Angelim, 2009, p. 35). Esse aval dado pelo pai contribuiu para que a personagem desenvolvesse atitudes cada vez mais agressivas. A narradora menciona que “as únicas pessoas que Nélia respeitava eram os tios paternos: Dorival Crisântemo e Violeta” (Angelim, 2009, p. 35).

A próxima personagem nesse microcosmo de dominação é a mãe da narradora-personagem, Violeta. No microcosmo de Açucena, após o envelhecimento e a cegueira da mãe, Violeta assume as responsabilidades familiares, isto é, cuidar da mãe idosa, do funcionamento da casa e da educação das crianças, incluindo os sobrinhos. De acordo com a narradora, Violeta “por imposição familiar viajava muito. Era um eterno ir e voltar daquele lugarejo residencial à

São Luís, onde estudavam seus filhos adolescentes e pré-adolescentes” (Angelim, 2009, p. 36). Nesse período, os irmãos mais velhos da narradora estavam morando na capital para poderem estudar, ou seja, Violeta precisava cuidar de duas casas: a que se encontrava seus filhos e a que estava a sua mãe idosa.

Neste eterno ir e vir da personagem, observamos a existência de uma mulher sobrecarregada com os afazeres domésticos, cuja única ajuda recebida é da sobrinha Nélia, que, nesta fase, contribui com o cuidado da avó. Convém mencionar que, Jonatas Cravo, embora morasse em São Bento, não participava do cuidado da mãe, o que exemplifica outra característica do (cis)tema patriarcal/colonial de gênero, isto é, visto que a mulher é um ser domesticado e disciplinado para cuidar e amar, é dela a responsabilidade com os pais idosos, mesmo quando possui irmãos (Biroli, 2018; Zanello, 2018). Sendo assim, Violeta precisava se desdobrar para cuidar de todas as necessidades da família, encontrando apoio apenas em outra personagem feminina, Nélia.

Outro aspecto notável em Violeta é o fato dela constantemente lembrar a Açucena de antes do casamento, isto é, a jovem curiosa, questionadora, feliz e cheia de vida. Essa condição fica evidente na fala da narradora ao afirmar que “naquela família apenas minha avó e minha mãe exigiam respeito à Açucena. Minha mãe ia mais longe. Determinava respeito e consideração por ser tia e pessoa com mais idade. Os filhos que não obedecessem seriam punidos” (Angelim, 2009, p. 35-36). Assim, Açucena, a tia louca que foi coisificada e silenciada, era dignificada por Violeta, que não a via apenas como um ser incômodo, mas como alguém que teve a dor e o sofrimento como marcas de sua vida.

Quanto à irmã mais nova de Açucena, Íris, embora não seja descrita de forma detalhada no romance, algumas características de sua personalidade são evidenciadas, sobretudo no que se refere ao seu relacionamento com a narradora-personagem. De acordo com a narradora, sempre que ela se mostrava espontânea e alegre na presença de Íris, a tia fazia comparações entre ela e Açucena. Isso é salutar, pois “qualquer vacilo, irreverência, persistência, ou acentuado humor com gozação ou forte mau humor, de qualquer um dentro da família, era lembrado a loucura de Açucena” (Angelim, 2009, p. 48). Em vista disso, ser comparado a Açucena, a tia louca, era uma forma de repressão adotada pelos familiares, porque isso servia de alerta para os perigos da espontaneidade e curiosidade. Neste sentido, Íris utilizou esse meio para moldar os pensamentos dos sobrinhos para um padrão socialmente aceitável.

Toda essa rede de dominação presente na família de Açucena é um microcosmo da sociedade patriarcal/colonial. Nela, observamos a existência da figura patriarcal e detentora do poder, que é responsável pela podagem e subjugação familiar, representada pelo pai. Para mais,

a figura da mãe representa o dominado que, para sua sobrevivência, se encaixou nos padrões de seus dominadores e, por isso, reproduz esses padrões. Por consequência, essa personagem, por ter sido podada, atua na poda e castração dos filhos.

Em relação aos irmãos, no caso de Dorival Crisântemo, observamos um dominado que prefere silenciar-se diante da exploração dos outros para conseguir uma relativa paz e, devido a essa atitude, ele contribui para a perpetuação das dominações. Jonatas Cravo, embora podado pelo pai, utiliza-se o poder de dominação que lhe cabe para explorar e assediar seus dominados; isso fica evidente no seu relacionamento com a empregada doméstica que, após gerar um filho do patrão, precisa sair de seu vilarejo abandonando a criança. Íris utiliza as críticas e gozações sempre que alguém se comporta de maneira indesejável na família com o objetivo de ridicularizar o que é diferente e desestimular mudanças. Por fim, nesta última camada, temos Violeta, uma personagem sobrecarregada de afazeres familiares, condição que se deve às imposições familiares e à exigência de que ela se adapte às necessidades de todos, renunciando a seus próprios desejos e interesses.

Nas camadas mais baixas, temos Nélia, a narradora e Açucena. No primeiro caso, evidencia-se que a cultura colonial/patriarcal impõe sua dominação de tal forma que cabe ao dominado apenas se encaixar ou sofrer as duras consequências. No caso de Nélia, a jovem filha de uma empregada que foi assediada pelo patrão, sua sobrevivência se deu através da adequação ao (cis)tema em que estava inserida. Para isso, ela valida sua autoridade subjugando o membro mais fraco da família, Açucena, e as demais crianças filhas dos empregados.

No caso de Açucena, embora de início ela tente resistir à sua dominação, ela é subjugada/oprimida pelo (cis)tema patriarcal no qual está inserida e, por isso, tem sua personalidade e identidade coisificadas e, por fim, ela enlouquece, o que resulta em seu silenciamento por completo. Dentro de todo esse (cis)tema de dominação, é a narradora que rompe com o ciclo de opressão, haja vista que ela adota uma atitude decolonial frente a toda a estrutura hierárquica em que estava inserida. Nesse sentido, destaca-se que as ações de reexistência que ressignificaram o sofrimento de Açucena, apresentado pela sobrinha, só se tornaram possíveis “com o entendimento do mundo e com uma vivência que é compartilhada” (Lugones, 2019, p. 372).

3.2 Quem resistiu?

Em toda essa rede hierárquica de dominação presente no romance *Açucena: a estranha dama*, fica o questionamento: quem resistiu? Nesse sentido, destacamos o papel fundamental

da narradora do romance no rompimento com a lógica patriarcal/colonial presente no microcosmo em que ela estava inserida, pois todos os outros personagens foram consumidos pelo patriarcado machista, sexista e opressor, presente no (cis)tema colonial de gênero. Isso demonstra que a narradora não se adequava ao jardim em que se encontrava, além disso, ela é a única personagem que não possui nome de planta; mais do que isso, ela não é identificada por nenhum nome próprio.

A inexistência de um nome para designar a narradora-personagem é relevante, porque é somente quando a pessoa é nomeada é que ela passa a tornar-se visível social e juridicamente (Mariani, 2014). Além disso, a “identificação pessoal, identificação jurídica, classificação na família, na sociedade e na cultura, essas são funções do nome próprio” (Mariani, 2014, p. 134). Assim, a ausência do nome da narradora evidencia uma exclusão da personagem dentro do seu contexto social, cultural e familiar, uma vez que ela não se adequa às exigências estabelecidas no contexto em que estava inserida e, por isso, ela é invisível ao seu grupo.

Para mais, visto que “o nome próprio funciona como uma referência para o sujeito” (Mariani, 2014, p. 134), já que a narradora-personagem não pertence ao grupo, sua personalidade e identidade são excluídas, situação evidenciada pela ausência de seu nome. Isso é relevante, pois, uma vez que ela está fora do jardim, significa que sua podagem não foi tão bem-sucedida quanto a dos demais membros da família, logo, o nome lhe é negado, mesmo que a analogia a plantas seja um fator identificador dessa família.

Essa característica da narradora, adotada por Míriam Angelim, é especialmente notável por ser essa personagem que apresenta uma atitude decolonial frente à lógica patriarcal/colonial de gênero. Essa condição demonstra um aspecto de ruptura adotado pela autora, isto é, a não adequação de uma personagem feminina ao (cis)tema de dominação patriarcal/colonial. Por conseguinte, Míriam Angelim nos apresenta uma personagem que resiste e recusa os padrões de poder que são legados do colonialismo, do patriarcado e toda a sua estrutura machista e sexista (Walsh, 2018). Devido a isso, a personagem não possui um nome, pois ela não é identificada dentro dos padrões patriarcais socialmente estruturados, já que, conforme Catherine Walsh,

[A decolonialidade] implica o reconhecimento e a desconstrução das estruturas hierárquicas de raça, gênero, heteropatriarcado e classe que continuam a controlar a vida, o conhecimento, a espiritualidade e o pensamento; estruturas que estão claramente entrelaçadas e são constitutivas do capitalismo global e da modernidade ocidental. (Walsh, 2018, p. 17. Tradução nossa. Grifo nosso).¹⁸

¹⁸ Original: *Decoloniality denotes ways of thinking, knowing, being, and doing that began with, but also precede,*

A não adequação da narradora-personagem ao (cis)tema patriarcal/colonial é uma ruptura com os padrões hegemônicos impostos pela cultura ocidental. Em virtude disso, uma vez que essa personagem rompe com esses padrões, ela não é identificada nessa cultura colonialista. Além disso, de acordo com Alfredo Bosi, resistência “apela para a força de vontade que resiste a outra força, exterior ao sujeito” (2002, p. 118). Desta forma, ao romper com os padrões sociais e familiares em que estava inserida, a narradora resiste a estrutura hierarquizante em que se encontrava. A partir disso, analisamos como se dá essa ruptura da narradora com o jardim patriarcal a partir de dois vieses: a ressignificação do sofrimento e adoecimento de Açucena e o afastamento dos padrões familiares que contribuíram para a marginalização de sua tia.

No que se refere à ressignificação do sofrimento de Açucena, é notável que a narradora-personagem desempenhe o papel de escritora de um romance memorialista. Desse modo, destaca-se que o objetivo dela era imortalizar Açucena nas páginas de um livro. Ela faz isso a partir do resgate de suas lembranças de infância, analisando como essas experiências moldaram sua personalidade e contribuíram para a formação de seu caráter. Outro objetivo da narradora ao escrever o romance é passar as experiências de sua tia para as próximas gerações e, assim, ajudar a compreender a importância de mudanças na maneira de se entender gênero, especialmente as imposições familiares às mulheres. Esse texto escrito pela narradora tem um aspecto de resistência tanto em sua temática quanto em sua escrita (Bosi, 2002), uma vez que, conforme expressado por ela,

Ainda que pareça exagero é fato a devolução de uma mulher pelo marido à sua família de origem nas décadas de 20 até 50 do século XX. Sabemos que somente a partir da década de 60 é que a mulher obtém verdadeiras conquistas, apesar de hábitos e costumes serem muito arraigados e resistirem às mudanças.
Mas, que lição pode ter deixado Açucena às mulheres? Às famílias? Ao mundo? (Angelim, 2009, p. 14).

Neste trecho, a narradora chama a atenção para o fato de que os costumes patriarcais estão enraizados na sociedade, visto que o patriarcado relega a mulher à condição de inferioridade em relação ao homem e o divórcio era extremamente “prejudicial” para elas. Pois, desde o início da ideia da privatização dos meios de produção e procriação, as mulheres tiveram

the colonial enterprise and invasion. It implies the recognition and undoing of the hierarchical structures of race, gender, heteropatriarchy, and class that continue to control life, knowledge, spirituality, and thought, structures that are clearly intertwined with and constitutive of global capitalism and Western modernity. (Walsh, 2018, p. 17).

seu espaço relegado ao doméstico (Maturana, 2004). Assim, a principal responsabilidade delas era a reprodução e o cuidado da prole, da casa e do marido (Biroli, 2018). Isso significa que a mulher só era aceita socialmente dentro desse contexto, ou seja, com a principal função social de gerar filhos e cuidar da família.

Esse modelo de sociedade patriarcal foi imposto a todas as comunidades dominadas durante o período colonial e, conseqüentemente, a família patriarcal se sobrepôs às demais relações de família e parentesco. Isso é relevante, pois esse modelo de família atuaria no processo de classificação e reclassificação dos sujeitos (Quijano, 1999). Nesse contexto, a vida da mulher se limitava ao seu relacionamento com o homem. Além disso, o padrão de perfeição feminina promoveu a dona de casa como o caminho correto a ser seguido por todas as mulheres. Visto que ser mulher só é entendido dentro do contexto familiar, fica evidente que a devolução de uma mulher pelo marido pesava em sua identidade feminina, tanto no contexto social quanto no subjetivo.

Outra problemática em torno do divórcio estava no fato de que esse ato afetava as mulheres economicamente, visto que o seu papel social se limitava ao espaço de sua casa e, por isso, não eram detentoras de posses, uma vez que o serviço doméstico era, e ainda é, realizado de forma não remunerada (Biroli, 2018). Em outras palavras, após a dedicação de uma vida ao marido, com o divórcio, elas perdiam o status social e financeiro. Essa condição impunha às mulheres a necessidade de conviver com violência, traição e agressão, pois ser devolvidas afetaria vários campos de suas vidas; essa é a razão pela qual a narradora destaca a devolução de Açucena por parte do marido. Para mais, a sobrinha de Açucena ressalta como as conquistas femininas que ocorreram, principalmente a partir da década de 1960, contribuíram para desconstruir a marginalização feminina, “apesar de hábitos e costumes serem muito arraigados e resistirem às mudanças” (Angelim, 2009, p. 14).

No século XIX, ocorreu na Europa o processo de industrialização, situação que permitiu a criação de novos postos de trabalho e contribuiu para que algumas mulheres tivessem atuação profissional fora do espaço doméstico. No século XX, período das guerras mundiais, nos Estados Unidos e na Europa, as mulheres ocuparam os cargos que foram deixados vagos pelos homens que estavam na guerra. Nesse contexto, observou-se o adentramento massivo de mulheres nas academias e nos postos de trabalho. Isso é relevante, pois, de acordo com Élisabeth Badinter (1993), as mudanças ocorrem “onde as mulheres desfrutam de uma liberdade maior que em outros lugares”. Essa condição exprime “a necessidade de mudança dos valores dominantes e consecutivas a perturbações ideológicas, econômicas ou sociais; têm repercussões na organização da família e do trabalho, ou em ambos” (Badinter, 1993, p. 11).

No entanto, o romance de Míriam Angelim é ambientado na cidade de São Bento, localizada na Baixada Maranhense, a aproximadamente 300 km da capital, São Luís. Essa cidade possui sua economia voltada para a atividade agrícola. Além disso, no (cis)tema religioso local, destaca-se um forte vínculo dos moradores com a tradição cristã, sobretudo católica. Esse espaço da narrativa do romance demonstra que a personagem Açucena estava distante dos movimentos sociais e feministas que estavam ganhando força a partir da segunda metade do século XIX, principalmente nos Estados Unidos e na Europa (Benfatti, 2013). Logo, a comunidade são-bentuense era, sobretudo, agrícola e conservadora cristã, determinando os costumes coloniais/patriarcais dominantes que são representados no espaço social de Açucena; o que implica que o papel da mulher ainda era apenas de dona de casa e mãe de família.

Ademais, o adentramento feminino no mercado de trabalho não significou o fim do regime patriarcal, pois a maternidade, o serviço doméstico e o trabalho de cuidado continuaram a ser desempenhados quase que exclusivamente pelas mulheres (Badinter, 1993). Isto é, apesar de mudanças sociais estarem ocorrendo, o papel da mulher como procriadora e cuidadora continuou a ser uma exigência social. Sendo assim, as relações de parentesco ainda eram/são uma exigência para o feminino.

Todas essas imposições às mulheres se refletiram na família de Açucena e, dentro desse contexto, as personagens femininas foram criadas para desempenharem seu papel social de mãe e cuidadora, situação que afetou a subjetividade de Açucena. Nesse ponto, outra característica decolonial da narradora se destaca: a busca da personagem em entender o que levou o adoecimento psíquico da tia. Com essa finalidade, ela intercala sua narrativa de infância com leituras e pesquisas que fez na fase adulta e uma das leituras apresentadas por ela no romance é o livro *Identidade Feminina* (1985), de Zelita Seabra e Malvina Muszkat, na qual ela destaca:

Sua máscara [da mulher] projeta a imagem correta, adequada e eficiente. As emoções cuidadosamente controladas, os desejos devidamente selecionados, os ideais eficientes adequados, cumpre suas funções. O corpo ferido, a sexualidade reprimida, o coração perdido, distribui um amor contido [...]. Convive com as vicissitudes, sem saber como incorporá-las à sua história. O sucesso e o fracasso confundem-se nela numa sensação difusa de inadequação. (Seabra; Muszkat, 1985, Apud Angelim, 2009, p. 16-17. Grifo nosso).

Nesse recorte de suas leituras, a narradora destaca como a imposição da mulher ideal afeta a subjetividade feminina, pois, conforme observado por ela, a constante repressão de sua sexualidade e de seus desejos cria na mulher a sensação de inadequação. Além disso, as mulheres precisam se portar de maneira socialmente adequada, assim, a vestimenta, a maneira de falar, agir e pensar afetam a imagem feminina. Dessa forma, a não adequação a esse papel

cria na mulher a sensação de fracasso. Não por acaso, a narradora afirma que ao ler o livro *Identidade Feminina* teve “a impressão de estar diante de Açucena” (Angelim, 2009, p. 16).

A partir de suas experiências e estudos, a narradora é motivada a romper com as imposições de se manter no espaço doméstico inteiramente vinculada ao pensamento familiar. Ela menciona que, “logo fui percebendo o mundo muito grande, infinitas coisas acontecendo enquanto eu permanecia parada naquele mínimo mundo. Queria expandir-me, mas não sabia como” (Angelim, 2009, p. 45). Essa fala da narradora comprova que ela tinha conhecimento de que seu mundo não precisava ser apenas o seu vilarejo no interior de São Bento; essa situação motivou a curiosidade da personagem, que ganhou mais fôlego quando ela passou a estudar em São Luís, conforme destacado por ela:

Minha família muito determinada apresentava proibições que eram supremas. Já em São Luís, não podia brincar com as crianças da vizinhança. Havia uma série de normas familiares que me sufocava. No entanto, não ousava desobedecer. Em algumas vezes, raras, graças a Deus, já adolescente, me percebi prisioneira de situações em que tinha a chave do cadeado para me libertar, mas a educação assimilada me bloqueava. Bloqueava, porque para cada ação revia sentimentos, responsabilidades e cumprimento do dever... Não existe pior sensação ou situação que essa: ser carcereiro de si mesmo! Muitas vezes me senti, e sei, por intuição, que Açucena sentia tudo isso e muito mais. (Angelim, 2009, p. 44-45).

Nesse trecho do romance, a narradora destaca a luta interna que ela tinha na adolescência entre o que queria fazer e o que a família exigia que fizesse. Diante disso, a narradora-personagem sentia-se prisioneira até mesmo de seus pensamentos, que foram moldados pela educação recebida. A partir desse contexto, podemos entender a frase de Reich: “SEU FEITOR É VOCÊ MESMO” (1998, p. 12. Grifo do autor). Essa condição se evidenciou em Açucena e na narradora do romance, visto que ambas foram educadas para obedecer e seguir as normas da família e se policiavam para atender a essas normas. No entanto, o que diferencia a tia da sobrinha é que uma decidiu romper com o ciclo de opressão. Isso é relevante, já que, segundo destacado por Reich:

O grande homem foi um dia zé-ninguém, mas desenvolveu *uma* única qualidade importante. Reconheceu a pequenez e a estreiteza dos seus atos e pensamentos. Sob a pressão de alguma tarefa à qual atribuía grande significado, aprendeu a ver como sua pequenez, sua insignificância, punha em risco sua felicidade. *Em outras palavras, um grande homem sabe quando e de que forma ele é um zé-ninguém. Um zé-ninguém não sabe que é pequeno e tem medo de saber.* (Reich, 1998, p. 11. Grifos do autor).

Essa definição entre o “grande homem” e o “zé-ninguém” apresentada por Reich é o que diferencia Açucena da narradora, pois a ambas foi imposta a obediência como o único

caminho aceitável. Todavia, ao passo que Açucena teve sua alma coisificada e sua identidade furtada, a narradora optou por lutar contra o (cis)tema que a oprimia. Essa característica da narradora a levou para fora de São Bento, prevalecendo nela um “espírito para ser nômade”, mas, para isso, ela precisou lidar com a desaprovação familiar, já que, de acordo com ela, “esse meu desejo de mudança permanente, deixava meus pais e irmãos mais velhos preocupados e às vezes chateados” (Angelim, 2009, p. 46). Isso significa que o desejo da narradora por mudanças a levou para além do espaço de São Bento, ou seja, para longe de sua família de origem.

A atitude questionadora da narradora, movida pela curiosidade e vontade de descoberta, não era bem-vista pela família e, por isso, a sobrinha de Açucena era constantemente repreendida pelos seus familiares. No entanto, é digno de destaque a forma utilizada por seus parentes para tentarem podar a narradora, uma vez que com essa finalidade, ela era comparada a Açucena, a tia que era vista por todos como louca e inadequada, conforme destacado no próximo trecho:

Açucena, após sua morte, se sagrou um mito. O mito da loucura familiar. Qualquer vacilo, teimosia, irreverência, persistência, ou acentuado humor com gozação ou forte mau humor, de qualquer um dentro da família, era lembrado a loucura de Açucena como possível traço hereditário e o alerta:
- Te cuida! Lembra de Açucena! (Angelim, 2009, p. 48).

Neste trecho, destaca-se o fato de que, após a morte de Açucena, a sua coisificação e loucura tornaram-se sinônimos de alertas, ou seja, qualquer ato que fosse de encontro aos pensamentos familiares era o dado como exemplo de Açucena, um alerta do perigo em pensar demais. Isso significa que, após o adoecimento psíquico de Açucena, a família adotou um novo método de podagem: a não obediência às normas familiares poderia acarretar a loucura do membro rebelde. Neste contexto, os demais membros da família eram livres “apenas sob um aspecto: livre da autocrítica que poderia ajudá-los a governar sua própria vida” (Reich, 1998, p. 10). Sendo assim, mais uma vez prevaleceu o silenciamento dos membros da família frente às figuras patriarcais.

Diante do alerta da família, a narradora motivou-se a tentar entender quem era realmente Açucena: “Que sonhos viveu? Que pesadelo enfrentou? Qual sua verdadeira história de vida? Como foi sua infância e adolescência? Que triste história escondia aquela mulher? Como encarou a vida?” (Angelim, 2009, p. 21). Com base nesses questionamentos e a partir das conversas com sua memória, pesquisas e estudos, a narradora conclui que

Açucena era carente, solitária, solidária e muito sensível. Sua história de vida se

caracteriza pelo abandono, indiferença e inadequação familiar. Tornou-se um ser humano desrespeitado. Nesse contexto todo de vida, aquela era também a situação de uma época e daquele local, apesar de, ainda hoje evidenciados na vida de pessoas portadora de doenças psíquicas.

Depressão era sinônimo de loucura. Não havia remédio, tampouco compreensão e entendimento sobre a ansiedade, a solidão e outros similares, naquele lugarejo.

Em certas ocasiões ela era desrespeitada e humilhada. Então reagia. Tudo se agravava quando a chamavam de “louca”. Naquela casa, algumas pessoas ignoravam ou não queriam ver que qualquer ser humano quando nesse estado, luta com toda a garra para se defender, podendo tornar-se agressivo. (Angelim, 2009, p. 48 – 49).

A partir das pesquisas realizadas, a narradora conclui que a “louca”, na verdade, era uma mulher que sofreu maus-tratos da família, tanto a de origem quanto a que se formou após o casamento. Além disso, evidencia-se para essa personagem que foi a coisificação da alma de Açucena que a adoeceu psicologicamente, ou melhor, não foram a curiosidade, a alegria ou o desejo de conhecer o mundo, mas o constante silenciamento. Diante desta descoberta, a narradora escreve o livro para imortalizar e ressignificar as experiências de Açucena.

A partir dessas observações, salientamos que, embora Açucena tenha sido inteiramente consumida pela colonialidade de gênero ao ponto de ter adoecido mentalmente, sua experiência de vida serviu para estimular o posicionamento crítico da sobrinha. Por conseguinte, a relação da narradora com sua tia “louca” contribuiu para que ela adotasse uma postura decolonial no que se refere às relações familiares e à posição da mulher na sociedade em que estava inserida.

Como resultado desse relacionamento com a tia, a sobrinha de Açucena adota um pensar e um agir decolonial diante das imposições familiares, haja vista que “o pensamento descolonial e as opções descoloniais (isto é, pensar descolonialmente) são nada menos que um inexorável esforço analítico para entender, com o intuito de superar, a lógica da colonialidade, por trás da retórica da modernidade” (Mignolo, 2017, p. 6). Logo, a decolonialidade se apresentou para a sobrinha como o caminho para a superação da colonialidade de poder, bem como dos (cis)temas de dominação/controlado que a sustentam, sendo exatamente esses (cis)temas que marginalizaram e subalternizaram a personagem Açucena ao ponto de levá-la à loucura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa dissertativa, analisamos como são revelados, no romance *Açucena: a estranha dama*, os impactos da colonialidade de gênero na personagem Açucena. Com esse objetivo, a pesquisa foi desenvolvida a partir de três eixos fundamentais: as relações familiares presentes no romance, os impactos da colonialidade de gênero para a personagem e, por fim, a resistência à lógica colonial que serviu de base para marginalizar/subalternizar a personagem.

Na primeira seção, verificamos como a instituição familiar, atendendo aos interesses de uma elite hegemônica burguesa, atua no processo de classificação e reclassificação dos sujeitos, pois ela é a primeira instituição a estabelecer o papel que cada indivíduo desempenhará na sociedade. No caso de Açucena, essa instituição foi organizada de três formas, tendo cada uma delas a sua figura patriarcal central.

A primeira relação familiar de Açucena foi com a família de origem; essa instituição foi a primeira a moldar a personalidade e a subjetividade dessa mulher. Isso foi realizado por meio da imposição do casamento como único caminho de felicidade feminina. Esse grupo tinha como figura central o pai da personagem; esse patriarca estabeleceu o momento em que Açucena se casaria e com quem ela faria isso.

Em resultado dessa imposição do pai, Açucena casa-se com a idade de 14 anos e, depois disso, ela passa a viver sob a tutela do marido. Nesse novo contexto familiar, o papel de Açucena muda; agora, ela é a esposa. No entanto, seu processo de castração/podagem é dado prosseguimento. Antônio, marido de Açucena, adota a violência e a tortura em seu processo de podagem de Açucena. Nessa fase de sua vida, a jovem leva surras quase que diariamente, é estuprada pelo marido e mantida em prisão domiciliar. Todo esse sofrimento afeta a mente de Açucena, acarretando seu adoecimento psíquico.

Por fim, após anos de maus-tratos, Açucena é devolvida à família de origem em um estado de profunda depressão. Quando retorna à casa paterna, a jovem está desadaptada e não é recebida pelos familiares da mesma maneira de que quando partiu; ao contrário, ela carrega consigo o estigma da mulher que fracassou em cumprir seu papel. É relevante mencionar que, nessa ocasião, não era mais o pai a figura central da família de origem, já que com a sua morte, um novo patriarca surgiu, e a vaga foi ocupada pela mãe e pelos irmãos da personagem.

Como observamos, o processo de castração/podagem de Açucena iniciou-se desde o seu nascimento e prosseguiu em todas as fases de sua vida (Quintas, 2005). Em cada momento, ela foi motivada a pensar que a felicidade feminina dependia de sua relação com homem; isto é,

casamento e maternidade são o único caminho para a mulher ser feliz (Schwantes, 2006). Essa construção social da mulher, vinculada à figura do marido, teve impactos na construção subjetiva de Açucena, uma vez que, por ser mulher, o melhor que poderia lhe acontecer era casar e manter o casamento.

Diante do exposto, na segunda seção da dissertação, buscamos responder à questão norteadora dessa pesquisa: como são revelados no romance *Açucena: a estranha dama*, de Míriam Angelim, os impactos da colonialidade de gênero? Nesse sentido, convém mencionar que a colonialidade de gênero é um (cis)tema de dominação hierárquico, capitalista e de gênero (Lugones, 2019). Esse (cis)tema atua no processo de classificação dos sujeitos; além disso, ele impõe o papel que cada um desempenhará dentro da lógica capitalista/colonial/moderna. No que se refere ao papel da mulher, para o (cis)tema colonial/patriarcal, sua principal função social é voltada à maternidade e à satisfação do gênero masculino.

Para que a mulher atue apenas dentro do papel socialmente construído para ela, dois dispositivos são essenciais para sua construção subjetiva: o amoroso e o materno. O primeiro dispositivo constrói a identidade feminina vinculada à sua relação com o homem, haja vista que no (cis)tema patriarcal “as mulheres são objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras” (Saffioti, 2004, p. 105). Sendo assim, o dispositivo amoroso atua na disseminação da ideia de que a felicidade feminina depende da validação masculina (Zanello, 2018).

O dispositivo materno atua na santificação da maternidade, garantido que a futura classe trabalhadora que sustentará o capitalismo sobreviverá para ocupar seus postos de trabalho. Em vista disso, esse dispositivo promove a ideia de que a principal contribuição social de uma mulher é gerar filhos (Zanello, 2018). Ambos os dispositivos atuam na subalternização e marginalização social feminina, relegando-as a uma posição de inferioridade em relação ao homem, pois a mulher ideal ao (cis)tema colonial de gênero é mãe, casada, responsável pelo cuidado da casa e de todos na família.

Para se atingir esse ideal, a jovem Açucena teve que suportar constantes agressões físicas e psicológicas por parte do marido. Como resultado dessa condição, após anos de sofrimento, ela é devolvida à família de origem. Durante esse processo, ela é desacreditada e sua alma é coisificada, já que não havia atingido o modelo de mulher “normal”, isto é, a dona de casa, esposa feliz e submissa, a mãe abnegada. Logo, ela falhou como mulher. Em consequência disso, Açucena desenvolve um estado grave de depressão, situação que rouba dela sua identidade, dignidade e, por fim, a sanidade.

Essa estrutura social do macho dominador e da mulher submissa é uma máxima que

atravessa toda a sociedade, pois atende aos interesses da classe dominante, tanto por garantir a mão de obra que sustentará os donos do capital quanto por “iludir” o homem a ser ele o dominador, situação que desune a classe trabalhadora (Saffioti, 1987). Isso significa que a hierarquia binária macho e fêmea é um dos nós históricos-estruturais que sustentam a colonialidade do poder (Mignolo, 2017). Sendo assim, o pensamento decolonial visa superar essa estrutura de dominação que legitima a inferiorização feminina, no caso, por exemplo, nos posicionamentos adotados pela sobrinha de Açucena.

Em virtude disso, na terceira seção da dissertação, analisamos como a narradora-personagem ressignificou o sofrimento da tia e como essa relação contribuiu para que ela adotasse uma atitude decolonial frente à lógica patriarcal/colonial em que estava inserida. Nesse contexto, observamos que, no microcosmo de Açucena, todos foram assimilados por uma rede hierárquica de dominação, com cada um desempenhando seu papel na manutenção nessa rede. No entanto, a narradora rompe com o ciclo de opressão de duas formas diferentes: ao ressignificar a “loucura” da tia e ao ampliar seus horizontes para além do espaço de São Bento.

No que se refere a ressignificação do sofrimento da tia, convém mencionar que, após o adoecimento psíquico de Açucena, a família adotou o método de podagem, que insinuava que desobediência, curiosidade e questionamentos eram precedentes da “loucura”. A partir desse método, a narradora passa a questionar quem realmente foi Açucena e, após um período de estudo, conclui que Açucena não adoeceu psicologicamente por conta da curiosidade; ao contrário, a sua doença era fruto do constante silenciamento, maus-tratos, imposições familiares e torturas psicológicas que ela enfrentou ao longo da vida. Sendo assim, não haveria perigo em ser uma pessoa questionadora; no entanto, silenciar-se diante da opressão coisifica a alma.

Diante da descoberta, a narradora-personagem adota uma postura decolonial, primeiro por escrever um livro para imortalizar o sofrimento de Açucena e passar suas experiências às futuras gerações; segundo, por se afastar da rede hierárquica de dominação em que estava inserida. De acordo com a narradora, esse estudo permitiu que ela percebesse um mundo muito grande, sendo assim, ela não precisaria permanecer parada em seu lugarejo de origem (Angelim, 2009.). Essa observação permitiu à narradora ir além do espaço de São Bento e descobrir o mundo por si mesma, não apenas através dos olhos da família.

Enfim, este estudo contribui em duas frentes: uma mais geral, que coloca em tela a produção romanesca maranhense escrita por mulheres no cenário majoritariamente masculino; e, outra específica, por apresentar uma obra que surgiu no contexto contemporâneo e, com ela, iniciar a fortuna crítica do romance *Açucena: a estranha dama*, de Míriam Angelim, até então inexistente.

Além disso, durante este trabalho dissertativo, buscamos verificar, no romance *Açucena: a estranha dama*, como as imposições da colonialidade de gênero e seu (cis)tema hierárquico de dominação contribuem para a marginalização feminina. Nesse processo, enquanto desenvolvíamos a pesquisa bibliográfica, percebíamos que apenas o conhecimento nos permitirá questionar a nossa subalternização, pois somente quando tomamos ciência de que somos “zé-ninguém” é que podemos nos tornar “grandes homens” (Reich, 1998). Por esse motivo, desenvolver esta pesquisa foi válido por possibilitar um debate sobre como as mudanças ocorridas na maneira de entender gênero foram necessárias. Em outras palavras, ficou evidente a necessidade de prosseguirmos com as mudanças e não aceitarmos retrocessos em nossos direitos.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Judith. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, ed. 77, p. 53 – 61, maio 1991.
- AMARANTE, Paulo. **Saúde mental e atenção psicossocial**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- ANGELIM, Míriam. **Açucena: A estranha dama**. 1. ed. São Luís: Gráfica Prisma, 2009.
- BADINTER, Élisabeth. **XY: Sobre a identidade masculina**. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 266 p.
- BENFATTI, Flávia Andréa Rodrigues. **Pornografia e criticidade: As faces de Henry Miller em Tropic of Capricorn sob o viés autobiográfico**. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8147/tde-06112013-105313/pt-br.php>. Acessado em: 03 de set. de 2024.
- BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdade: Limites da democracia no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boi Tempo, 2018. E-book.
- BOSI, Alfredo. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BRASIL. **Violência intrafamiliar: orientações para prática em serviço**. Brasília: Ministério da Saúde - Secretaria de Políticas de Saúde, 2001.
- CASTRO, Susana de. Condescendência: estratégia pater-colonial de poder. *In*. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo. 1 ed., 2020, p. 160 -173.
- CLECKLEY, Hervey Milton. **The mask of sanity: an attempt to clarify issues about the so-called psychopathic personality**. 5. ed. Augusta: Medical College of Georgia, 1988.
- CORREA, Dinacy Mendonça. **Literatura maranhense: romance e romancista do século XX**. Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura. UFRJ, 2014.
- DALGALARRONDO, Paulo. **Psicopatologia e semiologia dos transtornos mentais**. Porto Alegre: Artmed, 3. Ed., 2019 (Ebook).
- EFÉSIOS. **Bíblia Sagrada Ave Maria**. São Paulo: Ave-Maria, 2016.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: vontade de saber**. Tradução de Maria Theresa da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Edições Graal, 1999. E-book

FOUCAULT, Michel. **Os anormais**: curso no Collège de France. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. **Projeto Rabiscando Momentos comemora 6 anos com lançamento de livro**. Jusbrasil, 2008. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/noticias/projeto-rabiscando-momentos-comemora-6-anos-com-lancamento-de-livro/329655>>. Acessado em: 20 de junho de 2024.

GOVERNO DO ESTADO DO MARANHÃO. Viva/Procon. Sedihpop – MA. Disponível em:

<https://sedihpop.ma.gov.br/viva#:~:text=O%20objetivo%20do%20Viva%20Cidad%C3%A3o,demanda%20de%20servi%C3%A7os%20da%20comunidade>. Acessado em: 20 de junho de 2024.

GROSGUÉL, Ramón. Decolonizing post-colonial studies and paradigms of political economy: Transmodernity, decolonial thinking, and global coloniality. *In. Transmodernity: journal of peripheral cultural production of the luso-hispanic world*. v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <<https://escholarship.org/content/qt21k6t3fq/qt21k6t3fq.pdf>>. Acessado em: 02 nov. 2023.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. *In. HOLLANDA, Heloisa Buarque de. Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 121-155.

LEITE, Helio Teixeira. O Viva Cidadão e o projeto A Hora das Letras – ferramenta de construção de novas fronteiras. 24 de fev. de 2012. Disponível em: <<https://administradores.com.br/artigos/o-viva-cidadao-e-o-projeto-a-hora-das-letras-ferramenta-de-construcao-de-novas-fronteira>>. Acessado em 19 de julho de 2024.

LORDE, Audre. Idade, raça, classe e gênero: mulheres redefinindo a diferença. *In. Heloisa Buarque de Hollanda (org.). Pensamento feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LUGONES, María. Heterosexualism and the Colonial / Modern Gender System. *Hypatia*, vol. 22, no. 1, 2007, pp. 186–209. *JSTOR*. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4640051>>.

Acessado em 13 fev. 2024.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo decolonial. *In.* HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 357-377.

LUGONES, María. Colonialidade e gênero. *In.* HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 58-91. E-book.

MARIANI, Bethania. Nome próprio e constituição do sujeito. Santa Maria: **Letras**, v. 24, n. 48, p. 131-141, jan./jun. 2014.

MATURANA, Humberto. Conversações matrísticas e patriarcais. *In.* MATURANA, Humberto; VANDEN-ZÖLLER, Gerda. **Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia**. Tradução de Humberto Mariotti e Lia Diskin. São Paulo: Palas Athena, 2004.

MENDONÇA Marcela Franklin Salvador de; LUDERMIR Ana Bernada. Violência por parceiros íntimos e incidência de transtorno mental comum. **Revista Saúde Pública**. N. 51, 2017.

MIGNOLO, Walter. **Colonialidade, o lado mais obscuro da modernidade**. Tradução de Marco Oliveira. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, RBS, vol. 32, n° 94, junho/2017.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento limiar**. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2020.

MALDONADO-TORRES, Nelson. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. *In.* Joaze Bernadino-Costa, Nelson Maldonado-Torres, Ramón Grosfoguel (orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo-Horizonte: Autêntica Editora, 1. Ed., 2018.

MONTEIRO, Renan Pereira. **Entendendo a psicopatia: contribuição dos traços de personalidade e valores humanos**. João Pessoa: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, 2014.

MOURA, Dinoelma da Silva; GILA, Ricardo Luís Araújo; COSTA, Sirlene Caxias da; RIBEIRO, Luciano Lugori Gonçalves. Condição da loucura: invisibilidade e preconceito. Rio de Janeiro: **Rev. Semioses: inovação, desenvolvimento e sustentabilidade**, v. 13, n. 03, jul./set., 2019.

OYĚWÙMÍ, Oyèronké. Conceituando gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e os desafios das epistemologias africanas. *In.* HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020, p. 94-106.

PEREIRA, João Frayze. **O que é loucura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad del poder, cultura y conocimiento en América Latina**. **Dispositio**. vol. 24, no. 51, 1999, JSTOR. Disponível em <<http://www.jstor.org/stable/41491587>>. Acessado em 09 jan. 2024.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In.* LANDER, Edigardo. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 107-130.

QUINTAS, Fátima. **A mulher e a família no final do século XX**. Recife: Editora Massangana, Fundaj, 2 ed., 2005.

REICH, Wilhelm. **Escute, zé-ninguém!** Tradução de Waldéa Barcellos. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcado e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bangiovani. Violência de gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. *In.* HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019, p. 139-161.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bangiovani; ALMEIDA, Suely Souza de. **Violência de gênero: poder e impotência**. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 1995.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In.* SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. (livro eletrônico). São Paulo: Cortez, 2013, p. 28-66.

SANTOS, João Luís Miguel Ferreira dos. Estupro marital sob a ótica do ordenamento jurídico. **Revista Âmbito Jurídico**, n. 180, 2019.

SANTOS, Taínara Rodrigues dos; MOREIRA, Janine. Um olhar decolonial para a loucura: escritos africanos. Florianópolis: **Captura Críptica**, 2023, p. 1-16. Pré-publicação.

SCHAWANTES, Cintia. Dilemas da representação feminina. **Revista NIESC**, vol. 06, 2006.

SEABRA, Zelita; MUSZKAT, Malvina. **Identidade feminina**. Petrópolis: Vozes, 1985.

SWAIN, Tania Navarro. Por falar em liberdade... *In*. STEVENS, Cristina; OLIVEIRA, Susane Rodrigues; ZANELLO, Valeska (Orgs.). **Estudos feministas e de gênero: articulações e perspectivas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2014, p. 36-51.

SWAIN, Tania Navarro. Entre a vida e a morte, o sexo. (également em français). **Labrys, Études Féministes/ Estudos Feministas**, juin/ décembre / junho/ dezembro, 2006. Disponível em: <http://intervencoesfeministas.mpbnet.com.br/textos/tania-entre_a_vida_ea_morte.pdf>. Acessado em 07 de julho de 2024

Viva/Procon. **Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP)**. Disponível em: <<https://sedihpop.ma.gov.br/viva>>. Acessado dia 15 de julho de 2024.

WALSH, Catherine. The decolonial for: resurgences, shifts, nd moviments. *In*. MIGNOLO, Walter; WALSH, Catherine. **On decoloniality: concepts, analytics, praxis**. Durhan: Duke University Press, 2018.

ZANELLO, Valeska; SILVA, René Marc Costa e. Saúde mental, gênero e violência estrutural. Brasília: **Revista Bioét**, 2012, p. 267-279.

ZANELLO, Valeska. **Saúde mental, gênero e dispositivos: cultura e processos de subjetivação**. Curitiba: Appris, 1. ed., 2018.